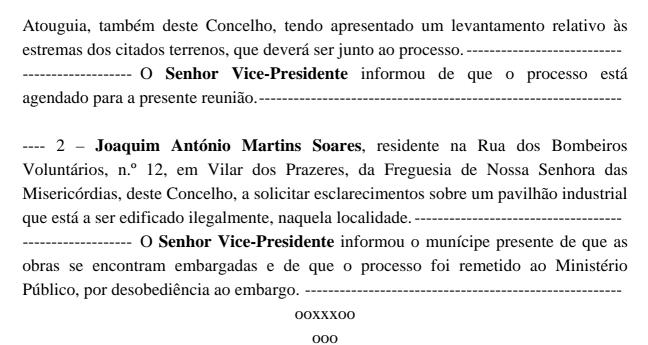


ATA N.º 11 (REUNIÃO PÚBLICA)

---- Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Vice-Presidente, Senhor NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, os Senhores LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO ALBUQUERQUE, CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Vítor Manuel de Sousa Dias, Diretor do Departamento de Administração e Planeamento. Encontrava-se ainda presente o Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Luís Filipe Mangas Oliveira.-----OOXXXOO 000 ABERTURA DA REUNIÃO----------- O SENHOR VICE-PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ------OOXXXOO 000 FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONSIDERAR JUSTIFICADA A FALTA DO SENHOR PRESIDENTE PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, POR MOTIVOS DE ORDEM OFICIAL. -----OOXXXOO 000 INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE --------- De acordo com o que foi deliberado na reunião de 22 de outubro de 2013, a

Câmara começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:-------- 1 – **António Marques Rodrigues**, residente em Casal do Castanheiro, n.º 8, da
Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a solicitar informação sobre
o procedimento de expropriação de terrenos na Rua da Murteira, da Freguesia de

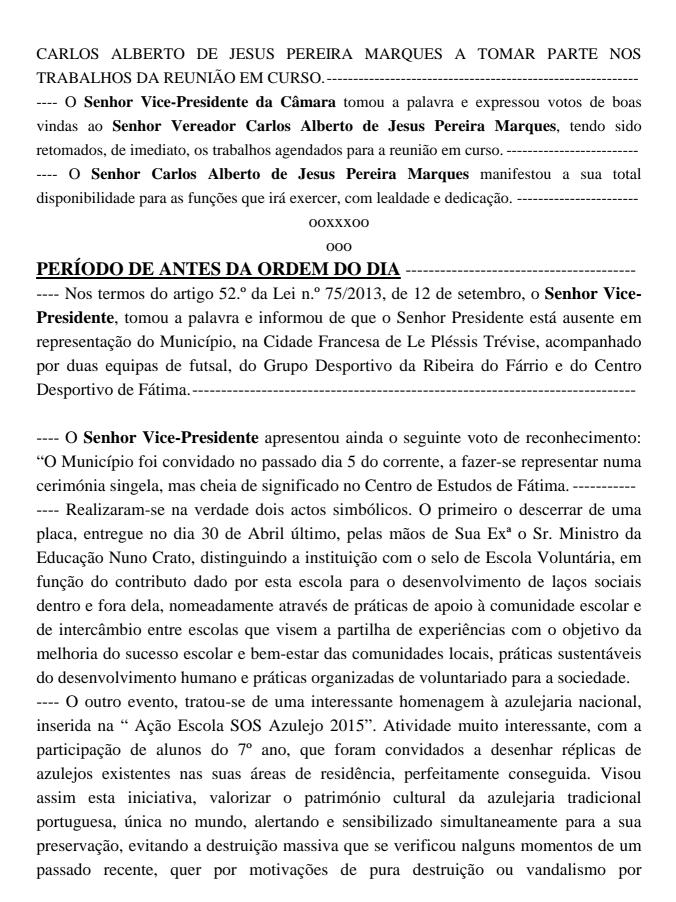




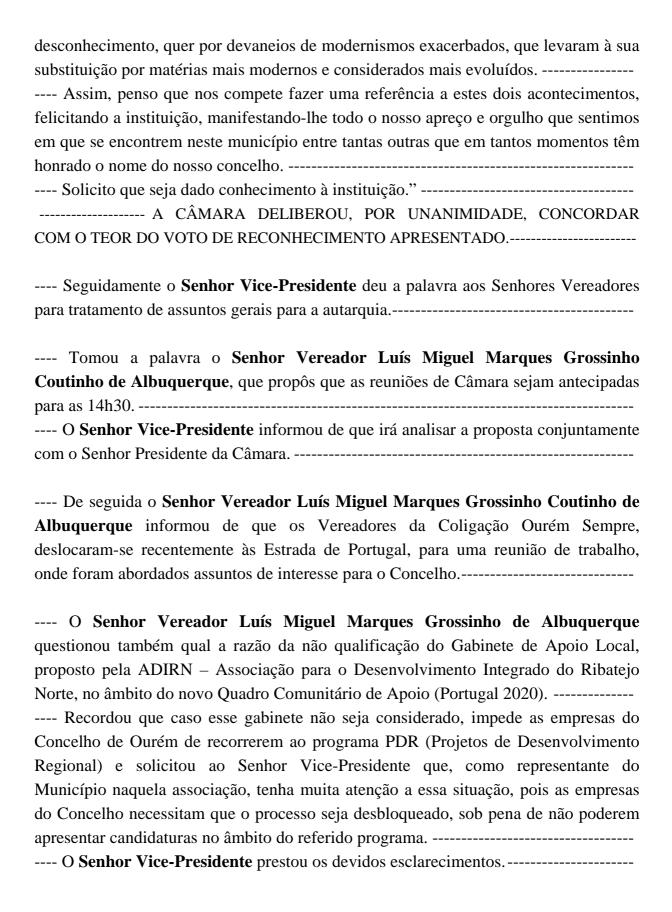
SUSPENSÃO DE MANDATO DE VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL -----

---- Na reunião de 17 de abril findo, em face do pedido de **José Manuel Dias Poças da** Neves, Vereador desta Câmara Municipal, de suspensão do mandato, nos termos do artigo 77.°, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, com efeitos a partir de 30 desse mesmo mês até ao dia 31 de dezembro de 2015, a Câmara deliberou convocar o elemento seguinte da lista, nos termos dos números 4 do artigo 76.°, 6 e 7 do artigo 77.° e 1 do artigo 79.°, todos da citada Lei n.° 169/99, de 18 de setembro.--------- Considerando que o elemento seguinte da lista de eleitos pela Coligação OURÉM SEMPRE, Jorge Pereira da Silva, residente na Rua da Indústria, n.º 11, em Outeiro da Calçada, em Gondemaria, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho, apresentou pedido de suspensão de mandato, até ao final de 2015, por razões profissionais, foi de imediato convocado o terceiro elemento da lista. ----------- CONSIDERANDO QUE NA REUNIÃO ESTAVA PRESENTE O ELEMENTO SEGUINTE DA LISTA PELA QUAL FOI ELEITO O VEREADOR QUE AGORA SUSPENDE O SEU MANDATO, SENHOR CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES, A CÂMARA VERIFICOU A SUA IDENTIDADE E LEGITIMIDADE, TENDO-SE PROCEDIDO, DE IMEDIATO, À SUBSTITUIÇÃO, AO ABRIGO DO N.º 4, DO ARTIGO 76.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO, PASSANDO O VEREADOR

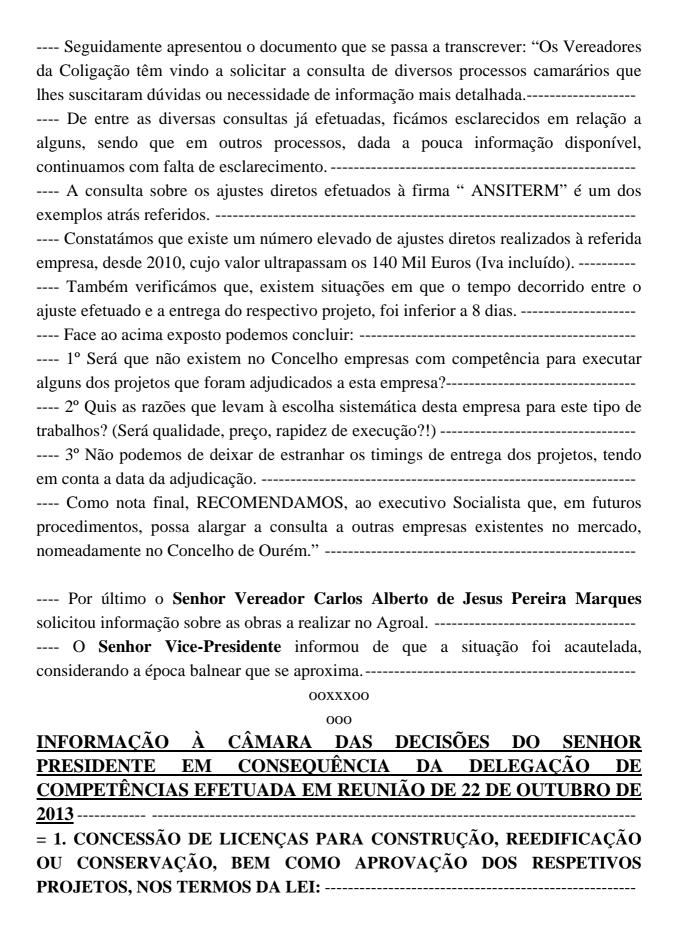


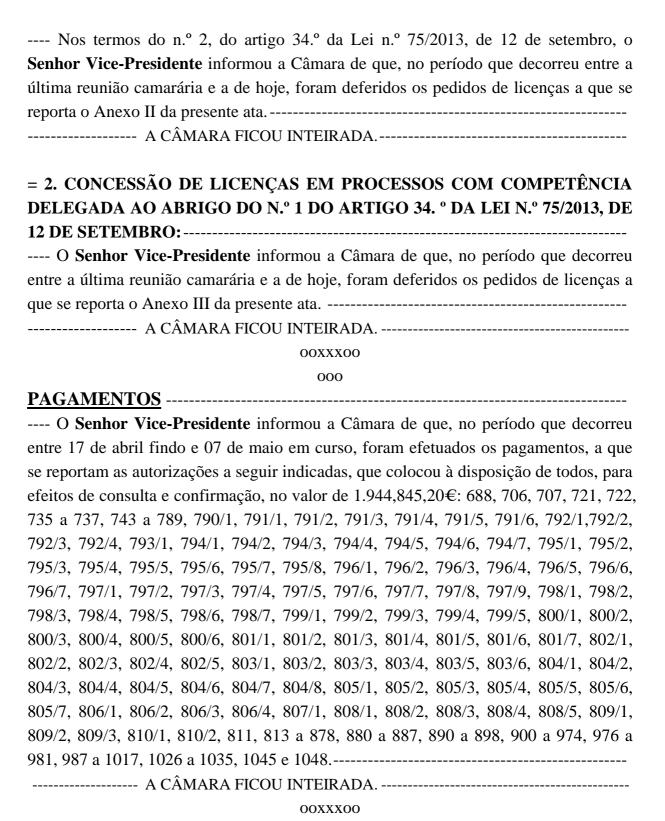














REFORÇO DA COBERTURA DA REDE MÓVEL DO CONCELHO DE OURÉM --------- Na reunião de 17 de abril de 2015, em deliberação com título idêntico à presente, a Câmara deliberou conceder à firma Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A., a isenção das taxas de ocupação de espaços públicos para instalação de infraestruturas de rede móvel, até ao limite máximo de 100,00 euros e solicitar à Assembleia Municipal, que, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei 73/2013, de 03 de setembro, se pronunciasse sobre a isenção proposta. --------- Nesta reunião foi apreciada a informação n.º 4/2015, datada de 04 do corrente mês, do Gabinete de Apoio à Presidência, a colocar à consideração superior o texto de protocolo a celebrar com a empresa Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A., sedeada na Avenida D. João II, Lote 1.04.01, no Parque das Nações, em Lisboa, que visa clarificar direitos e deveres de cada um dos outorgantes, na execução do projeto de instalação de equipamentos e soluções tecnológicas para o acesso remoto à rede móvel de telecomunicações e à internet. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO PROPOSTO, NAS SEGUINTES CONDIÇÕES: ------DEVERÁ INCLUIR CRONOGRAMA COM PRAZOS DE PRIMEIRO -IMPLEMENTAÇÃO; ------SEGUNDO – DEVERÁ ESTABELECER O LIMITE DE ISENÇÃO DE TAXAS, APROVADO EM ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE ABRIL DE 2015. ----------- O PROCESSO DEVERÁ SER REMETIDO, DE NOVO, A REUNIÃO DE CÂMARA PARA DECISÃO FINAL. ------

ooxxxoo

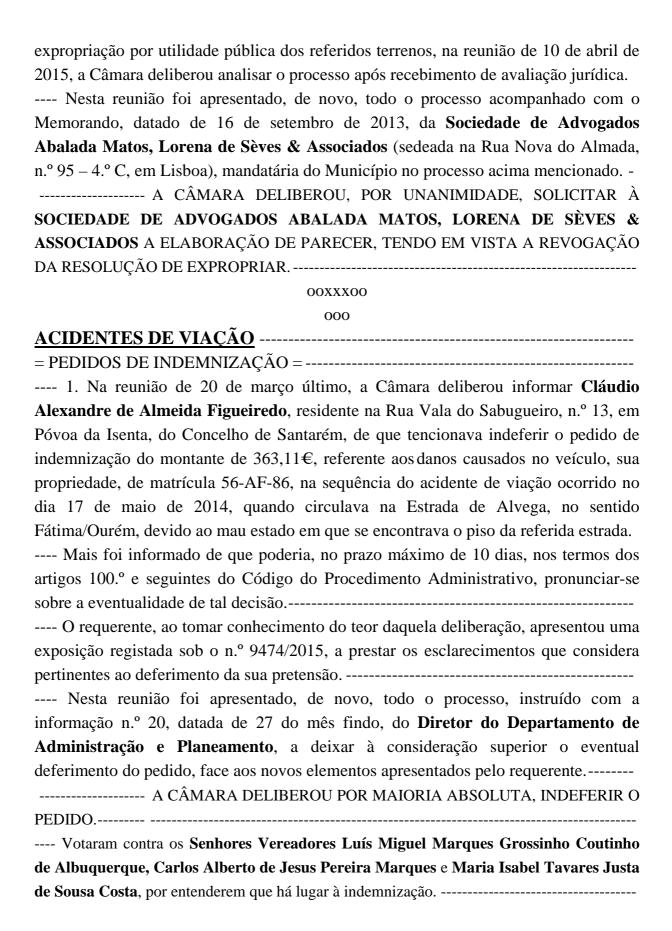
000

PROCESSO JUDICIAL N.º 1456/05.0TBVNO – RUA DA MURTEIRA ATOUGUIA------

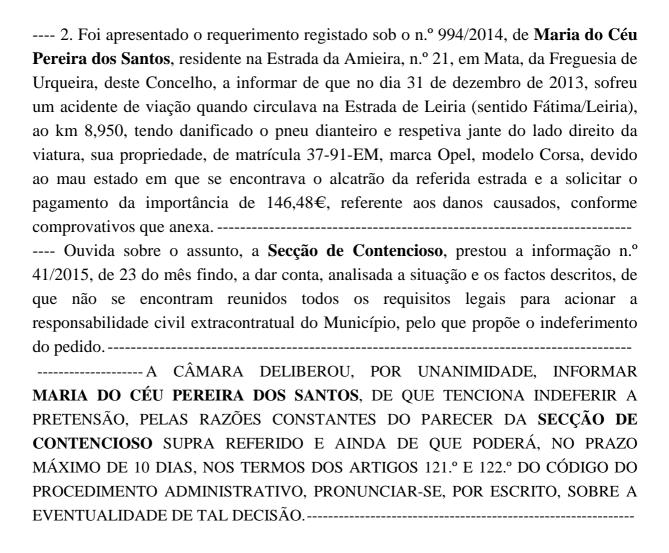
= ESCLARECIMENTOS = ------

---- No âmbito do processo judicial 1456/05.0TBVNO, intentado por **Isabel dos Reis Vieira Rodrigues**, residente em Atouguia, deste Concelho, contra o Município de Ourém, junto do Tribunal Judicial de Ourém, relativo à natureza pública ou privada de terrenos sitos na Rua da Murteira, daquela freguesia, na presença da proposta n.º 1/2015, de 07 de abril findo, do Senhor Vereador Nazareno do Carmo a propor a revogação da deliberação tomada em reunião de 17 de setembro de 2013, que incumbia o Diretor do Departamento de Administração e Planeamento de, em colaboração com os vários serviços municipais, iniciar os procedimentos de

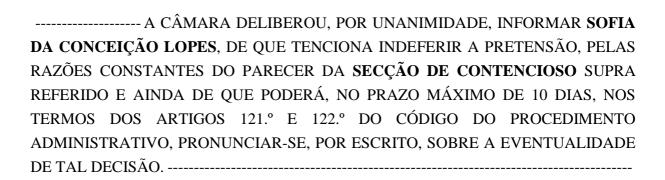








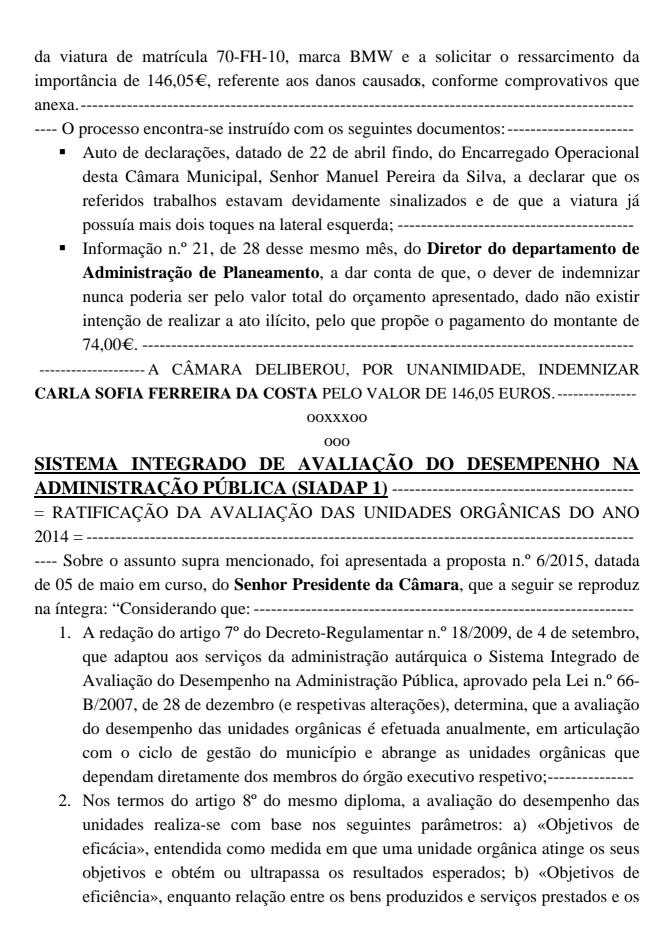




---- 4. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 21.991/2014, de Manuel Ferreira Dias, residente na Rua 1.º de Janeiro, n.º 670, em Castanheirinho, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho, a informar de que no dia 11 de setembro de 2014, a sua mulher Maria de Lurdes Lopes Batista, sofreu um acidente de viação quando circulava na Rua do Centro, na localidade de Vales - Cercal, tendo danificado a viatura, sua propriedade, de matrícula 42-32-RH, marca Wolksvagem, modelo Passat, devido ao mau estado em que se encontrava o piso da referida estrada e a solicitar o pagamento da importância de 3.227,05€, referente aos danos causados, aos encargos reportados à paralisação e ao aluguer de viatura de substituição, a que teve de ---- Ouvida sobre o assunto, a Secção de Contencioso, prestou a informação n.º 42/2015, de 24 de abril findo, a dar conta de que, não se afigura estarem preenchidos todos os requisitos legais para se acionar a responsabilidade civil extracontratual do Município, pelo que propõe o indeferimento do pedido.----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR MANUEL FERREIRA DIAS, DE QUE TENCIONA INDEFERIR A PRETENSÃO, PELAS RAZÕES CONSTANTES DO PARECER DA SECÇÃO DE CONTENCIOSO SUPRA REFERIDO E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 121.º E 122.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. -----

---- 5. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 8835/2015, de **Carla Sofia Ferreira da Costa**, residente na Rua da Escola, n.º 372, em Zambujal, da Freguesia de Atouguia, deste Concelho, a informar de que no dia 14 de abril de 2015, quando circulava na Estrada de Alvega (junto ao cruzamento para Atouguia), encontravam-se em trabalhos de limpeza de bermas e valetas, funcionários desta Autarquia, com máquinas roçadoras, que projetaram pedras, tendo danificado a parte lateral esquerda







- 4. A avaliação final do desempenho das unidades orgânicas é expressa qualitativamente pelas seguintes menções: *a) Desempenho bom*, atingiu todos os objetivos, superando alguns; *b) Desempenho satisfatório*, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; *c) Desempenho insuficiente*, não atingiu os objetivos mais relevantes. ------
- 5. De acordo com o nº 3 do mesmo artigo, compete, em cada município, à respetiva câmara municipal, ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam. ------
- 6. Os membros do Órgão Executivo procederam à avaliação de desempenho das Unidades Orgânicas (SIADAP 1) relativamente a 2014, constante nos relatórios de avaliação apresentados pelos respetivos dirigentes.-----

---- Em face do exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 12º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, propõe-se:-----

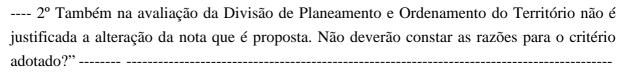
Unidades Orgânicas	Propostas de Avaliação
--------------------	------------------------



DEAS - Divisão de Educação e Assuntos Sociais	Desempenho Bom
DAC - Divisão de Ação Cultural	Desempenho Bom
DAP - Departamento de Administração e Planeamento	Desempenho Satisfatório
DA - Divisão de Ambiente	Desempenho Bom
DPOT - Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	Desempenho Satisfatório
DTIC - Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação	Desempenho Bom
DGU - Divisão de Gestão Urbanística	Desempenho Bom
DEP - Divisão de Estudos e Projetos	Desempenho Bom
DOM - Divisão de Obras Municipais	Desempenho Bom

2. Que posteriormente, se torne pública, por afixação no órgãos/serviço e inserção na página eletrónica, em cumprimento do determinado no artigo 26º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, conjugado com o disposto na línea i) do artigo 5° da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro (e respetivas alterações)." ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA, RATIFICAR NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 12.º, DO DECRETO REGULAMENTAR N.º 18/2009, DE 04 DE SETEMBRO, AS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DEPENDENTES DO EXECUTIVO, CONFORME PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE SUPRA TRANSCRITA. ---------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR MAIORIA ABSOLUTA, PUBLICITAR O TEOR DA PRESENTE DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 26.°, DO CITADO DIPLOMA. ---------- Abstiveram-se os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques e Maria Isabel Tavares Cardoso **Justa de Sousa Costa**, que apresentaram a declaração de voto que se passa a transcrever: "Os Vereadores da Coligação Ourém Sempre abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos. --------- Entendemos que a avaliação das diversas unidades orgânicas é da competência do executivo Socialista. ---------- O Quadro Orgânico, as suas competências e os objetivos definidos como metas a atingir são da exclusiva responsabilidade do Presidente, bem como dos Vereadores com Pelouros ---- Não obstante o acima exposto, entendemos colocar as seguintes questões: ---------- 1º Na avaliação do Departamento de Administração e Planeamento, qual a razão da alteração da nota atribuída, dado que, nos documentos apresentados não existe qualquer justificação? ----





OOXXXOO

000

PROPOSTA DE PROTOCOLO DE GESTÃO DO MONUMENTO NATURAL DAS PEGADAS DOS DINOSSÁURIOS -----

---- Através de carta enviada por correio eletrónico no dia 27 de novembro de 2014, a Senhora Diretora do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, do Instituto da Conservação da Natureza e das **Florestas, I.P.**, com sede na Avenida da República, n. os 16 e 16B, em Lisboa, remeteu, para apreciação e aprovação, proposta de texto de protocolo a celebrar com este Município e o Município de Torres Novas, com o objetivo de estabelecer os termos de cooperação entre as partes, na utilização, exploração e conservação do Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios, sito na localidade de Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, propriedade daquele instituto. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO APRESENTADO.-----

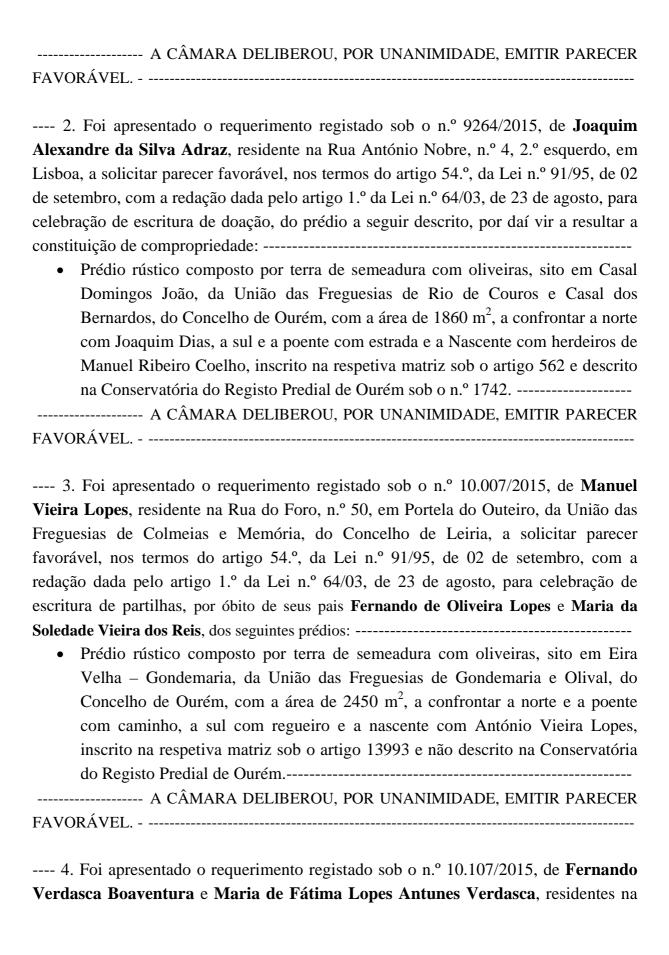
ooxxxoo

000

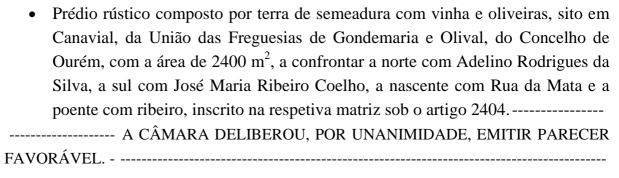
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO) -----

- --- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 8758/2015, de Vítor Manuel Lopes Ribeiro e outros, residente na localidade de Cidral, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho, a solicitar parecer favorável, nos termos do artigo 54.°, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, para celebração de escritura de partilhas, do prédio a seguir descrito, por daí vir a resultar a constituição de compropriedade:----
 - Metade indivisa do prédio rústico composto por terra de pinhal, sito em Cavadas ou Hortas das Poças, limite de Gondemaria, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, do Concelho de Ourém, com a área de 5242,10 m², a confrontar a norte com Vítor Manuel Lopes Ribeiro, a sul com José de Oliveira Alves, a nascente com Maria do Carmo Sousa Marques e a poente com serventia, inscrito na matriz predial rústica da dita união de freguesias sob o artigo n.º 16 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 1403. -----



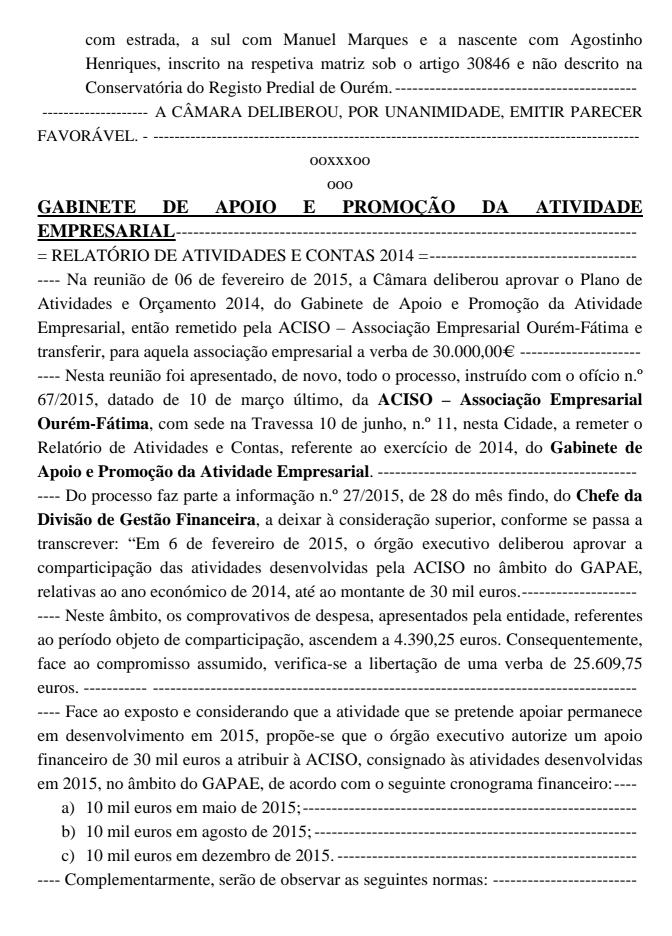




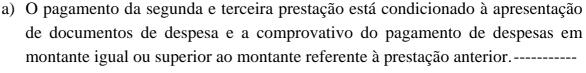


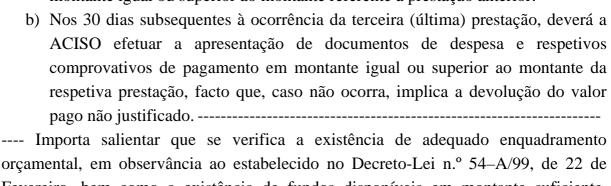
- Prédio rústico composto por terra de charneca e pinhal, sito em Covas, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, do Concelho de Ourém, com a área de 9000 m², a confrontar a norte e a poente











- > 10.000,00 EUROS MAIO DE 2015; -----
- > 10.000,00 EUROS AGOSTO DE 2015;-----
- > 10.000,00 EUROS DEZEMBRO DE 2015; ------
- ------ DEVERÃO SER OBSERVADAS AS SEGUINTES NORMAS: ------A. O PAGAMENTO DA SEGUNDA E TERCEIRA PRESTAÇÃO ESTÁ
 - A. O PAGAMENTO DA SEGUNDA E TERCEIRA PRESTAÇÃO ESTÁ CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE DESPESA E A



COMPROVATIVO DO PAGAMENTO DE DESPESAS EM MONTANTE IGUAL OU SUPERIOR AO MONTANTE REFERENTE À PRESTAÇÃO ANTERIOR; ----B. NOS 30 DIAS SUBSEQUENTES À OCORRÊNCIA DA TERCEIRA (ÚLTIMA) PRESTAÇÃO, DEVERÁ A ACISO - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL OURÉM-FÁTIMA EFETUAR A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE DESPESA E RESPETIVOS COMPROVATIVOS DE PAGAMENTO EM MONTANTE IGUAL OU SUPERIOR AO MONTANTE DA RESPETIVA PRESTAÇÃO, FACTO OUE.

CASO NÃO OCORRA, IMPLICA A DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO NÃO

JUSTIFICADO. -----

ooxxxoo

000

<u>CÁLCULO DO IVA – PRÓ-RATA DEFINITIVO DE 2014 E PROVISÓRIO DE 2015</u>

PRÓ-RATA definitivo de 2014 / Provisório de 2015 = 3%

FINANCEIRA
COM O TEOR DA INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR
À consideração superior,"
Rata Definitivo
2%, carece efectuar uma regularização anual a favor do Município, por cálculo do Pró-
Atendendo a que o valor do Pró-Rata provisório de 2014 havia sido definido em
Em suma, o Pró-Rata provisório a vigorar para 2015 será de 3%

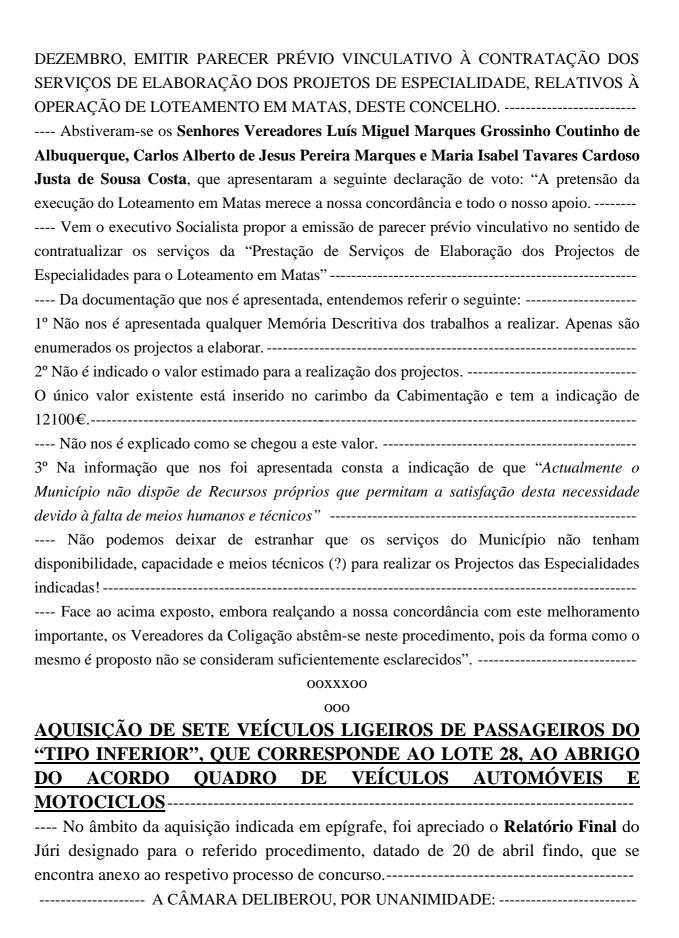
ooxxxoo

000

<u>LOTEAMENTO EM MATAS – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE</u> ESPECIALIDADE-----

----- A CÂMARA, NA PRESENÇA DO PROCESSO MENCIONADO EM EPÍGRAFE, DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 5 E 12, DO ARTIGO 75.°, DA LEI N.° 82-B/2014, DE 31 DE







PRIMEIRO – CONCORDAR COM O RELATÓRIO FINAL APRESENTADO PELO JÚRI DO CONCURSO EM APREÇO E QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DA PRESENTE DELIBERAÇÃO, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS;-----SEGUNDO - EXCLUIR O CONCORRENTE RENAULT PORTUGAL, S.A., CONSIDERANDO QUE O VALOR PROPOSTO PARA O CONTRATO DE MANUTENÇÃO ULTRAPASSA O VALOR FIXADO NO CADERNO DE ENCARGOS; --TERCEIRO – ADJUDICAR A "AQUISIÇÃO DE SETE VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS DO "TIPO INFERIOR", QUE CORRESPONDE AO LOTE 28, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS," AO CONCORRENTE SIVA - SOCIEDADE DE IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, S.A., COM SEDE NA RUA DO COMÉRCIO, N.º 2, DA FREGUESIA DE VILA NOVA DA RAINHA, DO CONCELHO DE AZAMBUJA, PELO VALOR DE 115.564,82€(CENTO E QUINZE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO EUROS E OITENTA E DOIS CÊNTIMOS), QUE CORRESPONDE A 88.964,82€ PARA O CUSTO DAS VIATURAS E A 26.600,00€ PARA OS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO, ACRESCIDOS DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. ------

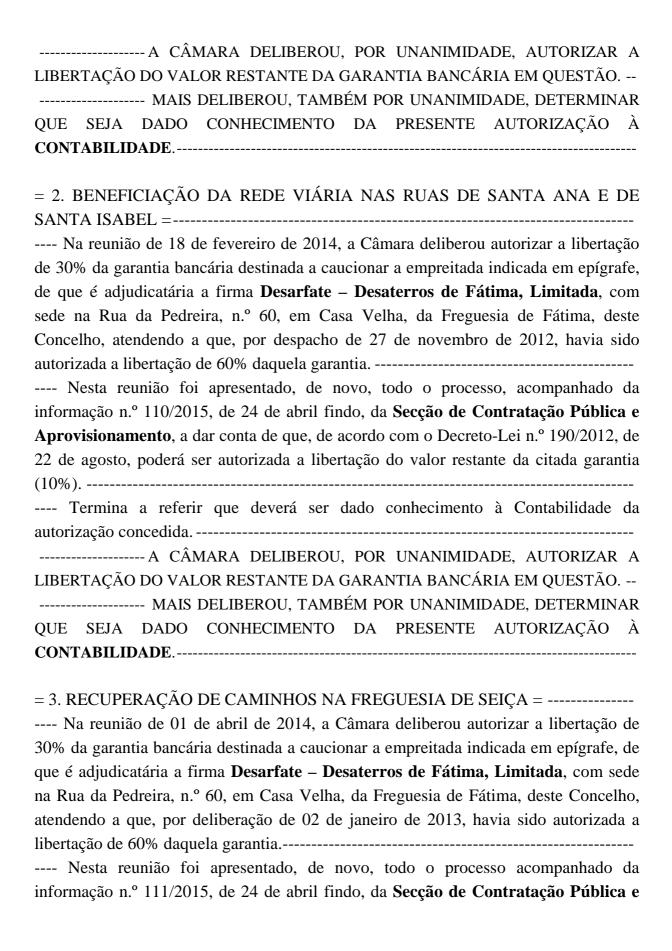
OOXXXOO

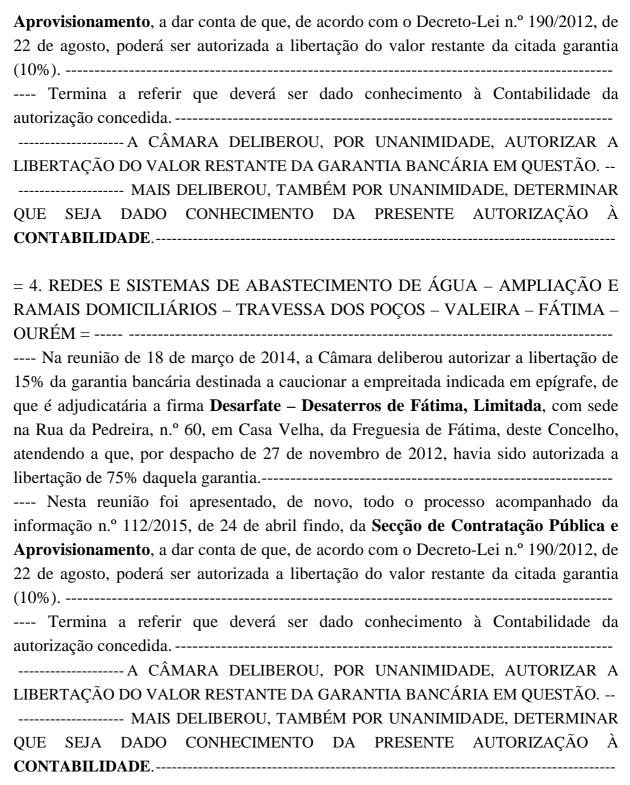
LIBERTAÇÃO PARCIAL DE GARANTIAS BANCÁRIAS-----

atendendo a que, por deliberação de 04 de dezembro de 2012, havia sido autorizada a libertação de 75% daquela garantia.-----

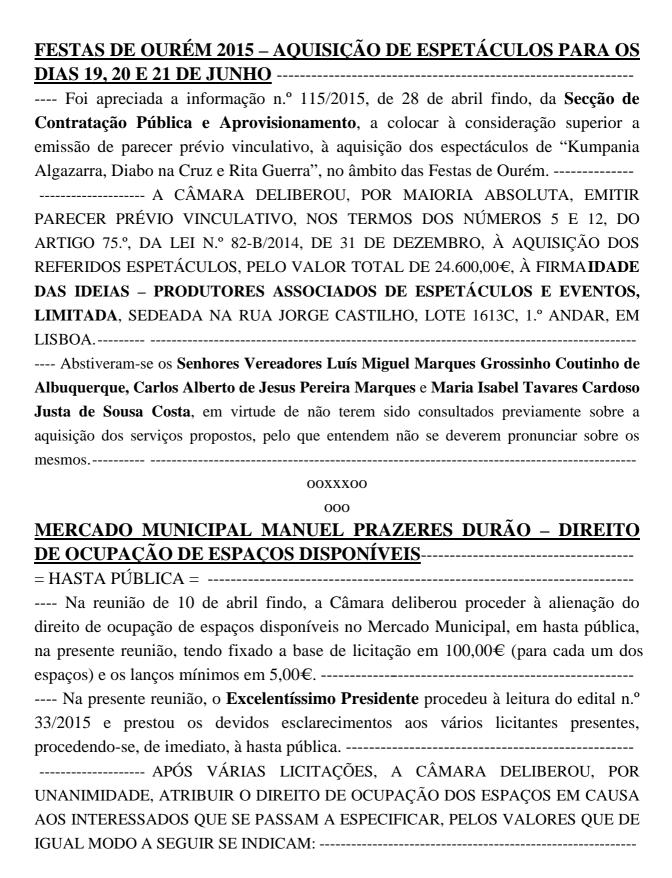
---- Termina a referir que deverá ser dado conhecimento à Contabilidade da autorização concedida. -----

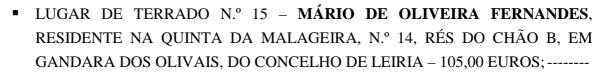












- LUGAR DE TERRADO N.º 50 LUCIANA DE SOUSA PINTO NASCIMENTO DOS REIS, RESIDENTE NA RUA CIDADE DE LISBOA, LOTE 9, 4.º ESQUERDO, EM S. DOMINGOS, DA FREGUESIA DE MARVILA, DO CONCELHO DE SANTARÉM 105.00 EUROS:------
- LUGAR DE TERRADO N.º 119 **DUARTE NUNO VIEIRA REIS**, RESIDENTE NA RUA DE SANTO ANTÓNIO, N.º 11, EM CASAL DURO, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO BATISTA E S. PEDRO, DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS 2.150,00 EUROS:------
- BANCA N.º 51 NÃO FOI APRESENTADA QUALQUER PROPOSTA; -----
- LUGAR N.º 52 NÃO FOI APRESENTADA QUALQUER PROPOSTA. -----

ooxxxoo

		000		
<u>HORÁRIO</u>	DE FU	NCIONAMENTO	DE	ESTABELECIMENTO
COMERCIAL	<u>,</u>			
= RECLAMAÇÃ	= O <i>Ř</i>			
Foi apreciac	da uma car	ta, datada de 06 de	março (de 2015, de Paula Cristina
Almeida Marqu	ies Bastos,	residente na Rua do l	Moinho,	n.º 42, em Lagoa do Grou, da
União das Fregu	esias de Fr	eixianda, Ribeira do	Fárrio e	Formigais, deste Concelho, a
reclamar do ruí	do provoca	do pelo funcioname	ento do e	estabelecimento denominado
	•	•		la localidade, propriedade de
Diogo Marques	Costa e a so	olicitar o indeferimer	nto da lic	ença de realização de música
ao vivo, devido à	à sua localiz	zação		
A Secção de	e Taxas e I	Licenças, ouvida sob	re o assu	nto, exarou no processo uma
informação, data	ıda de 16 d	aquele mesmo mês,	a dar co	nta de que só os serviços de
fiscalização pode	erão confiri	mar o horário que es	tá a ser j	oraticado e de que quanto às
licenças da Inspe	eção Geral d	las Atividades Cultur	ais, não f	Foram solicitadas
	A CÂMAF	RA DELIBEROU, P	OR UNA	ANIMIDADE, REMETER C
PROCESSO À	SECÇÃO	DE FISCALIZAÇÃ	O PARA	A VERIFICAR SE EXISTE
HORÁRIO DE FU	UNCIONAN	IENTO AFIXADO NO) LOCAL	



ooxxxoo

"CONSTRUÇÃO DO PONTÃO DOS ANDRES, FREGUESIA DE
<u>CAXARIAS"</u>
= ERROS E OMISSÕES =
Relativamente à empreitada mencionada em título, na reunião de 26 de agosto de
2014, na presença da informação n.º 154/2014, de 15 de maio de 2014, da Divisão de
Obras Municipais, a Câmara deliberou aprovar a lista de erros e omissões apresentada,
a prorrogação de prazo, por 27 dias e a suspensão da obra de 14 de setembro de 2013 a
31 de maio de 2014
Posteriormente, na reunião de 07 de outubro de 2014, em face da informação então
prestada pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a Câmara deliberou solicitar à
entidade responsável pela elaboração do projeto, a indemnização indicada na citada
informação
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a
informação n.º 95/2015, de 18 de março último, da Divisão de Obras Municipais ,
que a seguir se reproduz na íntegra: "Introdução
Serve a presente comunicação para informar acerca da solicitação expressa no
despacho superior datado de 19 Fevereiro 2015, que se anexa, tendo por base a
informação deste serviço com a referência 154/2014/DOM/427, datada de 15 Maio
2014
Análise
Seguidamente será esclarecido cada um dos cinco pontos constantes da conclusão
da informação com a referência 154/2014/DOM/427
1. Aprovar a lista de erros e omissões apresentada pelo empreiteiro no valor
de 6.524,79€, nos termos do termos dos nºs 3 e 5 doart.º 378º do CCP
Tendo em conta o n.º 3 do art.º 378º do Código dos Contratos Públicos, Decreto-
Lei 18/2008 de 29/01, adiante designado simplesmente por CCP,
"O empreiteiro é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões
cuja detecção era exigível na fase de formação do contrato nos termos do disposto no
n.º 2 do artigo 61.º, excepto pelos que hajam sido identificados pelos interessados na
fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo
dono da obra."
De acordo com o n.º 5 do mesmo artigo,
"A responsabilidade do empreiteiro prevista no n.º 3 corresponde a metade do
preço dos trabalhos de suprimento dos erros e omissões executados."



2. Proceder à contratualização dos presentes trabalh	os no valor de 6.524,79€,
sendo que o valor a pagar ao empreiteiro é de 3	3.262,40€, valor este que
deve ser cabimentado previamente ao procediment	o de contratação
Do n.º 5 do artigo 378º do CCP, acima citado, dec	orre que o empreiteiro é
responsável pelo pagamento de metade do custo dos trabalhe	os de erros e omissões e o
dono de obra pela outra metade	
De acordo com o n.º 1 do artigo 377º do CCP,	
"A fixação do preço e do prazo de execução dos trabalh	
e omissões é aplicável o disposto no artigo 373°"	
O n.º 1 do artigo 373º refere o seguinte tratando-se de tra	
e com o mesmo preço contratual,	
"Na falta de estipulação contratual, o preço a pagar p	elos trabalhos a mais e o
respectivo prazo de execução são fixados nos seguintes term	os:"
"a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outr	os previstos no contrato e
a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o pre	
parciais de execução previstos no plano de trabalhos para es	ssa espécie de trabalhos;"
Ainda de acordo com o artigo 375° do CCP, sobre a for	malização dos trabalhos a
mais,	
"Definidos todos os termos e condições a que deve	obedecer a execução dos
trabalhos a mais, o dono da obra e o empreiteiro deve	m proceder à respectiva
formalização por escrito."	
3. De acordo com a) n.º1 do art.º 372º, aprovar uma	prorrogação de prazo de
27 dias para execução dos trabalhos, a que o empre	eiteiro tem direito
No tocante a este ponto deve esclarecer-se que, por lapso	o, foi mencionado o artigo
372° em vez do artigo 373.° do CCP, o qual refere o seguinte	no n.º 1,
"a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outr	os previstos no contrato e
a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o pre	ço contratual e os prazos
parciais de execução previstos no plano de trabalhos para es	ssa espécie de trabalho."
— O valor da empreitada é de:	149.237,10€
— Prazo de execução da empreitada:	120 dias
Valor dos trabalhos e prazos parciais dos capítulos da pro-	posta
— Drenagem	2.900,00€, 15 dias
— Pavimentação	4.188,60€; 31 dias
— Equipamentos de sinalização e segurança	1.235,00€; 89 dias
— Obras de arte especiais	125.323,50€; 98 dias
— Diversos	15.590.00€: 120 dias



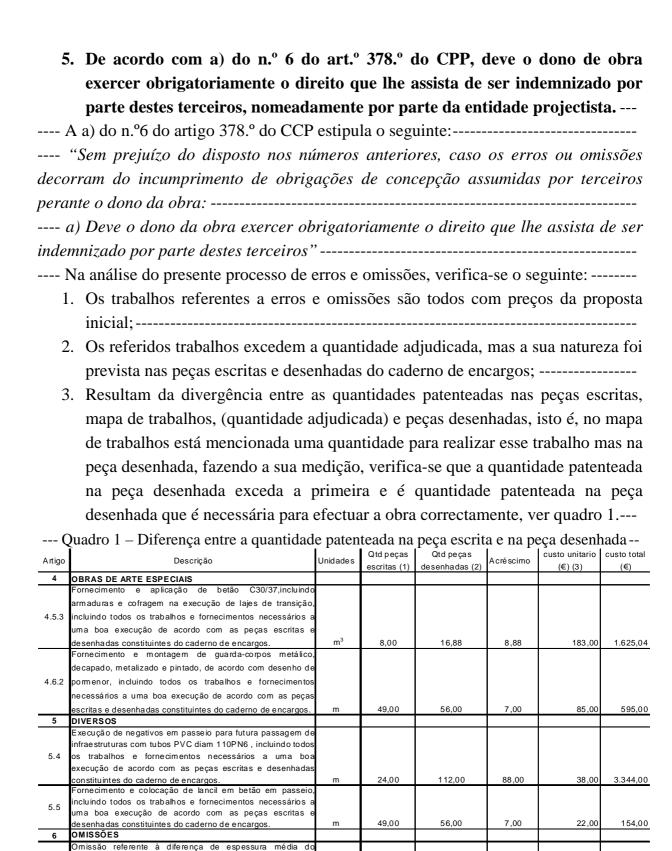
Valor dos erros e omissões distribuído pelas actividades	
— Pavimentação (omissões)	
— Obras de arte especiais	2.220,04€
— Diversos	4.498,00€
Os prazos parciais necessários são os seguintes, determinados po	r meio de uma
regra de três simples, com base nos valores do quadro 1	
— Pavimentação	5,97 dias
— Obras de arte especiais	1,736 dias
— Diversos	26,92 dias
Em teoria o empreiteiro teria direito a uma prorrogação	de prazo que
correspondesse à soma dos prazos parciais acima mencionados, 5,97	+1,73+26,92 =
34,62 ou seja 35 dias de prorrogação de prazo. Contudo analisano	do o plano de
trabalhos a actividade referente a trabalhos diversos desenvolve-se	durante todo o
prazo de empreitada e a sua execução temporal é coincidente com t	todas as outras
actividades, desta forma é correcto considerar apenas o período corresp	pondente a esta
actividade, 26,92 ou seja 27 dias de prorrogação para executar os erros e	e omissões
4. Aprovar uma suspensão de prazo de empreitada pelo dono d	e obra desde o
dia 14.09.2013 até ao dia 31.05.2014, ao abrigo da b) do art.	°365° do CCP,
implicando que o empreiteiro tenha o prazo prorrogado por	igual neríodo
	· •
e consequentemente direito revisão de preços	· •
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra balhos sem que P não permite nais, segundo o
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que Paño permite nais, segundo o
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que P não permite nais, segundo o eccução da obra
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que Paño permite nais, segundo o ecução da obra nos termos do
e consequentemente direito revisão de preços. O prazo de execução de empreitada terminou em 14.09.2013 se estivesse concluída. A seguir a essa data decorreram ainda alguns trab formalmente o prazo de obra fosse prorrogado ou suspenso. O CC prorrogações de prazo a não ser quando da existência de trabalhos a m n.º 1 do artigo 374º do CCP	em que a obra palhos sem que Paño permite nais, segundo o eccução da obra nos termos do
e consequentemente direito revisão de preços. O prazo de execução de empreitada terminou em 14.09.2013 se estivesse concluída. A seguir a essa data decorreram ainda alguns trab formalmente o prazo de obra fosse prorrogado ou suspenso. O CC prorrogações de prazo a não ser quando da existência de trabalhos a m n.º 1 do artigo 374º do CCP	em que a obra palhos sem que Paño permite nais, segundo o eccução da obra nos termos do a trabalhos a
e consequentemente direito revisão de preços. O prazo de execução de empreitada terminou em 14.09.2013 se estivesse concluída. A seguir a essa data decorreram ainda alguns trab formalmente o prazo de obra fosse prorrogado ou suspenso. O CC prorrogações de prazo a não ser quando da existência de trabalhos a m.º 1 do artigo 374º do CCP	em que a obra palhos sem que Paño permite nais, segundo o eccução da obra nos termos do a trabalhos a 04.04.2014 e
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que en palhos sem que en permite nais, segundo o eccução da obra nos termos do en a trabalhos a 04.04.2014 e en pá se referiu
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que P não permite nais, segundo o eccução da obra nos termos do na trabalhos a 04.04.2014 e me já se referiu e omissões por
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que de palhos sem que de palhos sem que de palhos sem que de palhos segundo o de palhos de
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que P não permite nais, segundo o ecução da obra nos termos do a trabalhos a 04.04.2014 e me já se referiu e omissões por recusada pelos
e consequentemente direito revisão de preços	em que a obra palhos sem que de P não permite nais, segundo o ecução da obra nos termos do en a trabalhos a 04.04.2014 e en já se referiu e omissões por recusada pelos es pertencem à



alternativa à fiscalização que não fosse propor a suspensão da empreitada com a fundamentação dada pela b) do artigo 365.º do CCP. --------- "Sem prejuízo dos fundamentos gerais de suspensão previstos no presente Código e de outros previstos no contrato, o dono da obra pode ordenar a suspensão da execução dos trabalhos nos seguintes casos: --------- b) Verificação da necessidade de estudar alterações a introduzir ao projecto" -------- Deve entender-se no respeitante a esta alínea que a alteração a introduzir ao projecto, neste caso, diz apenas respeito ao aumento de quantidades de trabalhos, conforme se explicará de forma mais exaustiva no ponto cinco. --------- O prazo indicado neste ponto para a suspensão da empreitada foi de 14 Setembro 2013 a 31 Maio 2014, data em que se previa que o dono de obra pudesse proceder à formalização dos erros e omissões e, em teoria, a partir dessa data retomar a empreitada com a realização dos erros e omissões no prazo de 27 dias de prorrogação. Findo esse prazo proceder-se-ia à vistoria para a recepção provisória da empreitada.------- No mesmo ponto também é feita referência à revisão de preços a favor do empreiteiro durante o período total da suspensão de obra acrescido do prazo de prorrogação da empreitada.--------- Neste ponto, após melhor análise, existe um novo entendimento sobre este assunto. Ou seja, o empreiteiro só apresentou a lista de erros e omissões em 04 Abril 2014, este atraso não é imputável ao dono de obra mas sim ao empreiteiro e não pode o dono de obra ficar prejudicado em sede de revisão de preços devido a este atraso. --------- Desta forma considera-se mais correcto o seguinte entendimento sobre o período de suspensão de prazo de empreitada e a revisão de preços: -----

- Suspensão de prazo de empreitada de 14 Setembro 2013 até ao dia 04 Abril 2014, data em que o empreiteiro apresentou a lista de erros e omissões, sem direito a revisão de preços, porque o dono de obra não tem culpa do atraso do empreiteiro; ------
- De 05 Abril 2014 até ao período em que a obra deixe de estar suspensa, ou seja o período necessário para que o dono de obra formalize a execução dos erros e omissões, com direito a revisão de preços, porque a duração deste período depende do dono de obra, da maior ou menor celeridade na formalização dos erros e omissões. (Nota: A este propósito convêm registar que, apesar do espaço de tempo já decorrido até à presente data, os erros e omissões ainda não estão devidamente formalizados, situação esta que impede o fecho da empreitada e a recepção provisória da mesma e é penalizadora para o dono de obra em termos de revisão de preços).-------





362.00

465.43

103.43

7.80

806.75

6.524.79

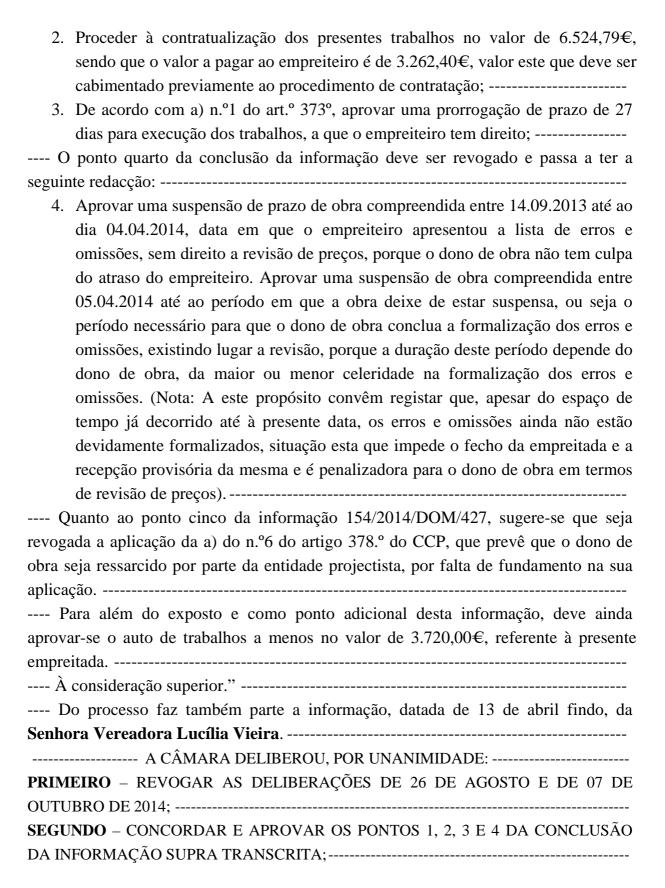
pavimento betuminoso de 0,09m patenteado nas peças desenhadas, versus os 0,07m previsto no artigo 2.1.1.1.1. Fo calculado um acréscimo de valor com base numa regra de tres simples, tendo o resultado sido diluido em metros

quadrados com base no preço unitário.

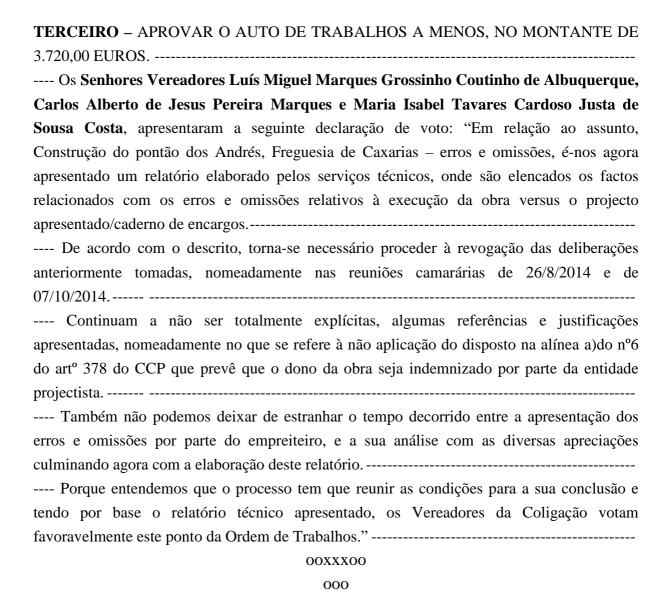


(1) Quantidade prevista na peça escrita, mapa de trabalhos;
Acresce ainda a estes dados o facto de a presente empreitada apresentar a
existência de trabalhos a menos no valor de 3.720,00€, materializada em auto anexo
para aprovação superior. Tratam-se de trabalhos que não foram realizados devido ao
facto de, ou excederem a quantidade necessária ou, simplesmente não serem
necessários no âmbito da empreitada
Na contabilização dos custos desta empreitada, excluindo a revisão de preços,
temos a seguinte situação:
O valor da empreitada:149.237,10€;
Valor dos erros e omissões: 6.524,79€(50% custeados pelo dono de obra);
Auto de trabalhos a menos:3.720,00€;
Valor final da empreitada = $(149.237,10 + 3.262,40) - 3.720,00 = 148.779,50$ €, ou
seja 457,60€ a menos do que o previsto inicialmente
Reanalisando este ponto e perante os factos expostos, verifica-se que poderá ser
excessivo a aplicação da a) do n.º6 do artigo 378.º do CCP, nomeadamente quando
refere " caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de
concepção"
Dos factos expostos, no tocante aos erros e omissões, apesar de se verificar uma
divergência entre as quantidades mencionadas nas peças escritas e nas peças
desenhadas, sendo que estas ultimas são as quantidades correctas para executar a
empreitada, não se detecta, que esta divergência consubstancie um incumprimento
contratual, uma vez que as peças desenhadas, patenteavam a quantidade correcta
Neste sentido presume-se não haver fundamento na aplicação do disposto na a) do
n.º6 do artigo 378.º do CCP que prevê que o dono de obra seja indemnizado por parte
da entidade projectista
Em face do exposto, sugere-se que o dono de obra revogue a aplicação desta
cláusula
Conclusão
Em face do exposto sugere-se efectuar os seguintes procedimentos em relação à
conclusão da informação 154/2014/DOM/427 datada de 15 Maio 2014
Os três primeiros pontos mantêm a mesma redacção, ou seja:
1. Aprovar a lista de erros e omissões apresentada pelo empreiteiro no valor de
6.524,79€, nos termos do termos dos n°s 3 e 5 do att.º 378° do CCP;



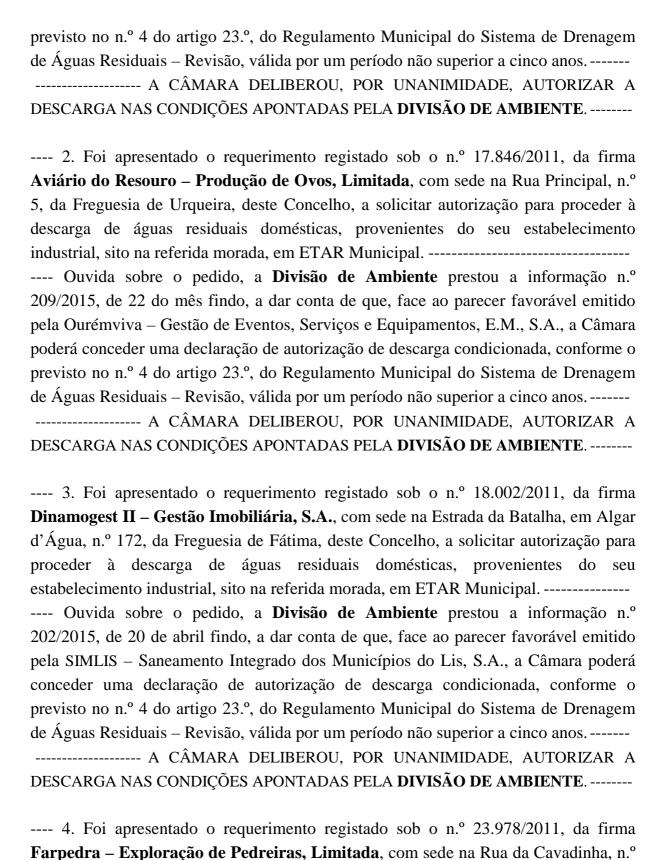






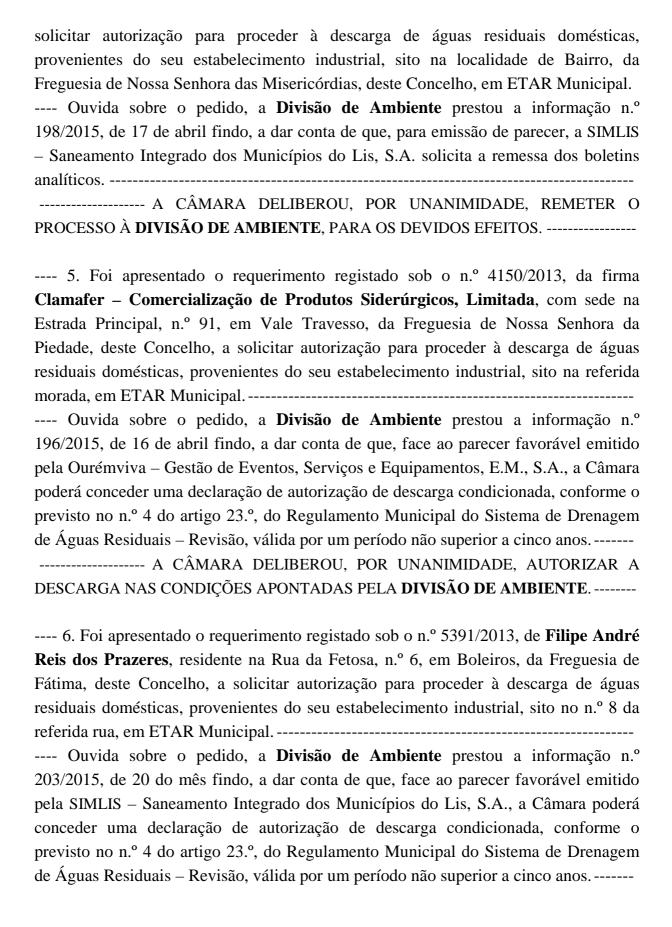
PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ETAR



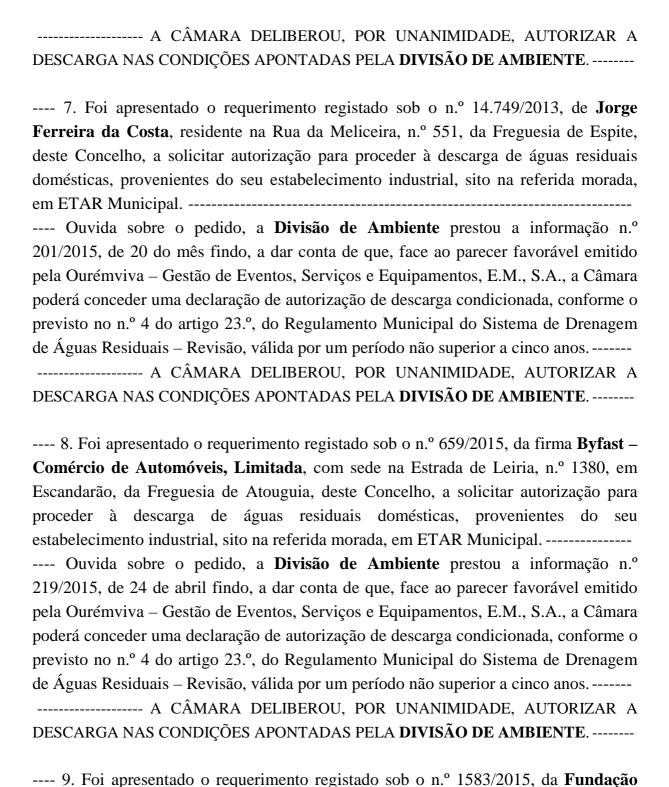


6, em Moleanos, da Freguesia de Prazeres de Aljubarrota, do Concelho de Alcobaça, a



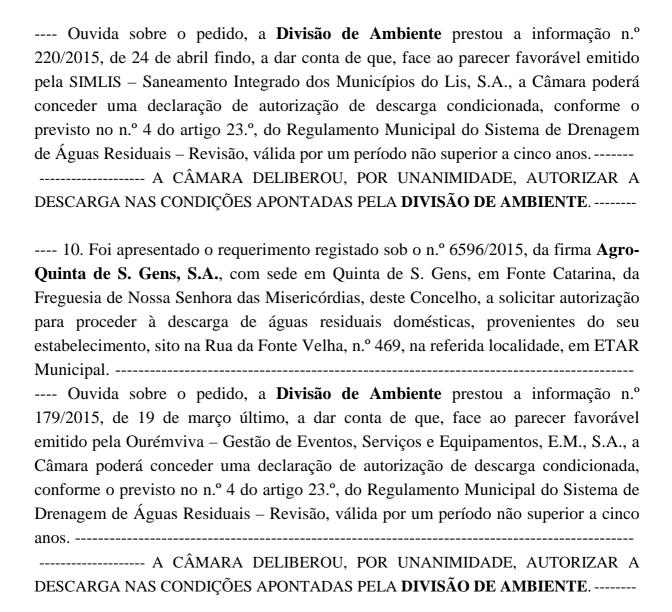






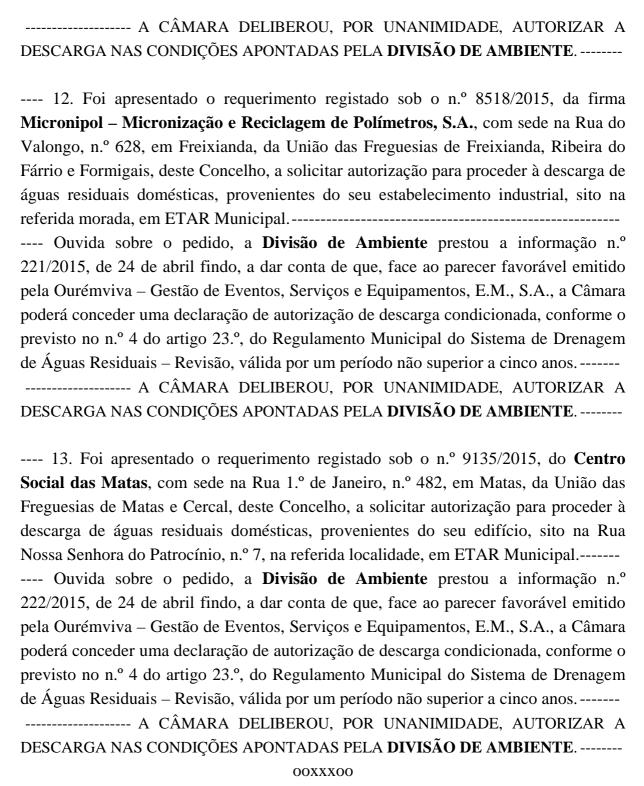
Obra de Nossa Senhora da Purificação, com sede na Estrada da Circunvalação, n.º 5, em Portela, do Concelho de Loures, a solicitar autorização para proceder à descarga de águas residuais domésticas, provenientes da sua moradia sita na Rua da Padroeira, n.º 19, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, em ETAR Municipal.





Celeste Pereira da Silva, residente na Estrada Nacional 349, n.º 881, em Lagoa do Furadouro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, a solicitar autorização para proceder à descarga de águas residuais domésticas, provenientes do seu estabelecimento, sito na referida morada, em ETAR Municipal. ----- Ouvida sobre o pedido, a Divisão de Ambiente prestou a informação n.º 163/2015, de 31 de março último, a dar conta de que, face ao parecer favorável emitido pela SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., a Câmara poderá conceder uma declaração de autorização de descarga condicionada, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 23.º, do Regulamento Municipal do Sistema de Drenagem de Águas Residuais – Revisão, válida por um período não superior a cinco anos.------

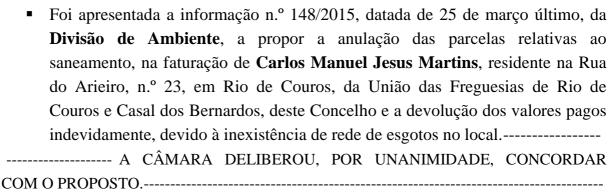






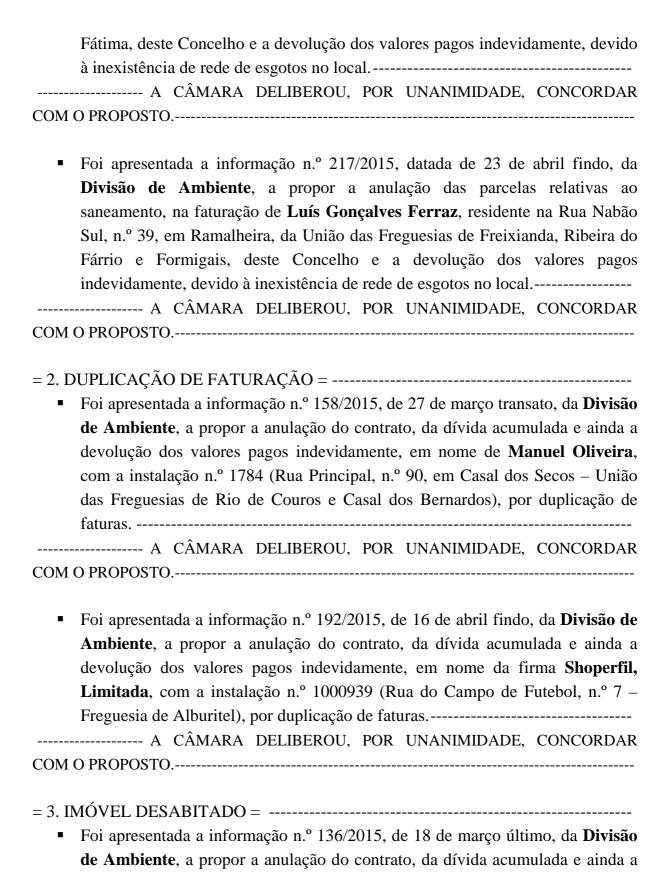
TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --





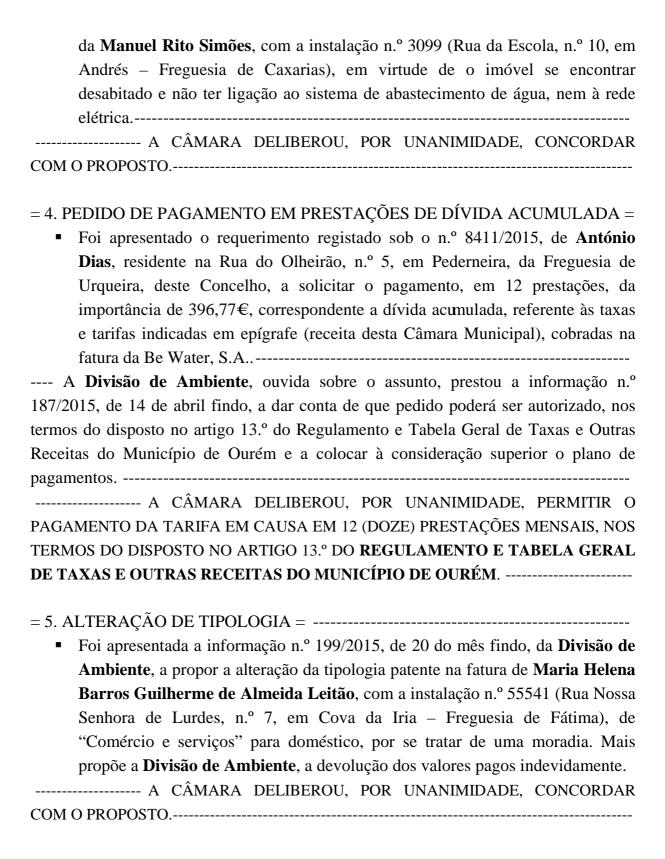
■ Foi apresentada a informação n.º 204/2015, datada de 21 de abril findo, da **Divisão de Ambiente**, a propor a anulação das parcelas relativas ao saneamento, na faturação de **Vera Mónica Pina Faria Duarte**, residente na Rua da Ladeirinha, n.º 13, rés do chão, em Moita Redonda, da Freguesia de



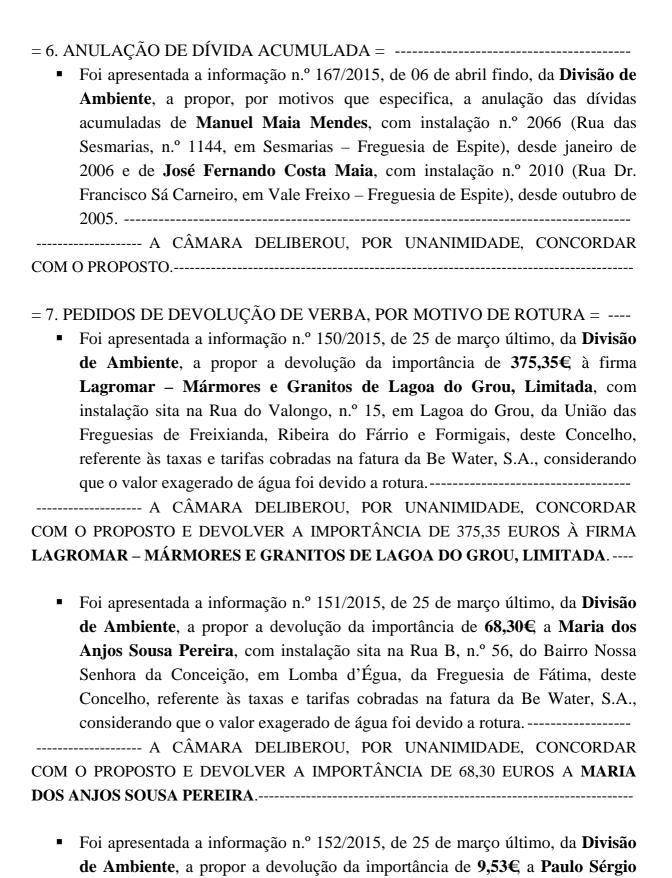


devolução dos valores pagos indevidamente (desde março de 2015), em nome



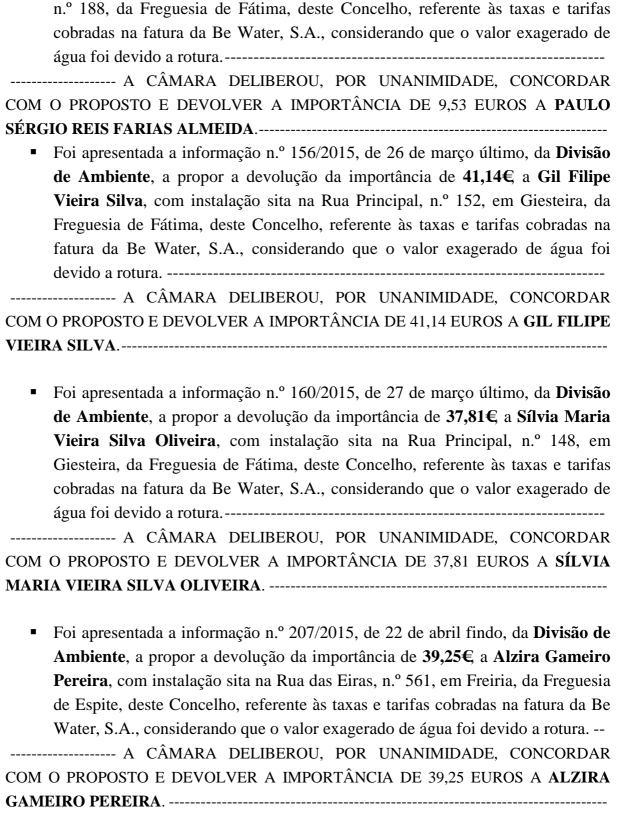






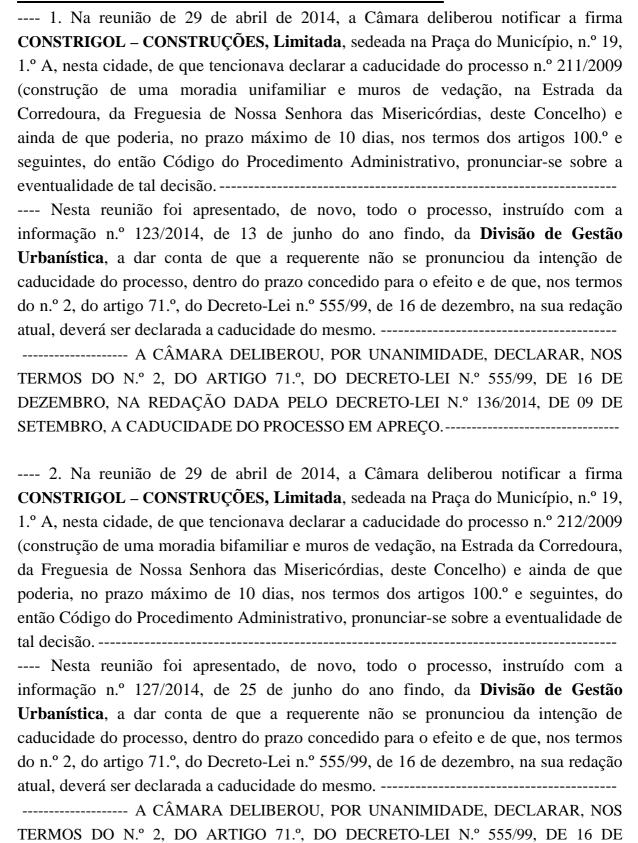
Reis Farias Almeida, com instalação sita na Estrada Nossa Senhora da Ortiga,





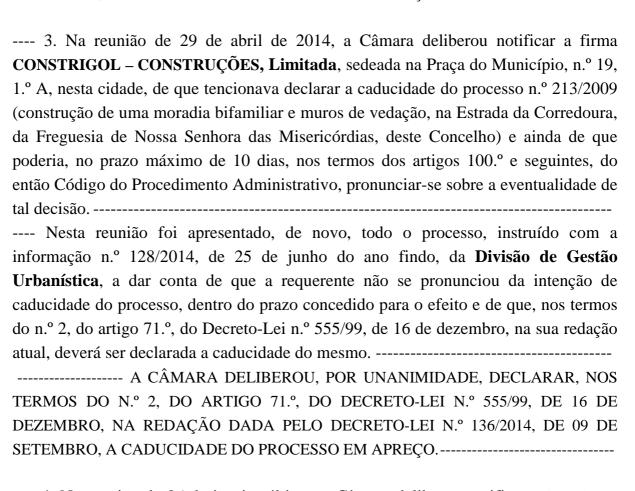


<u>LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES</u>-----

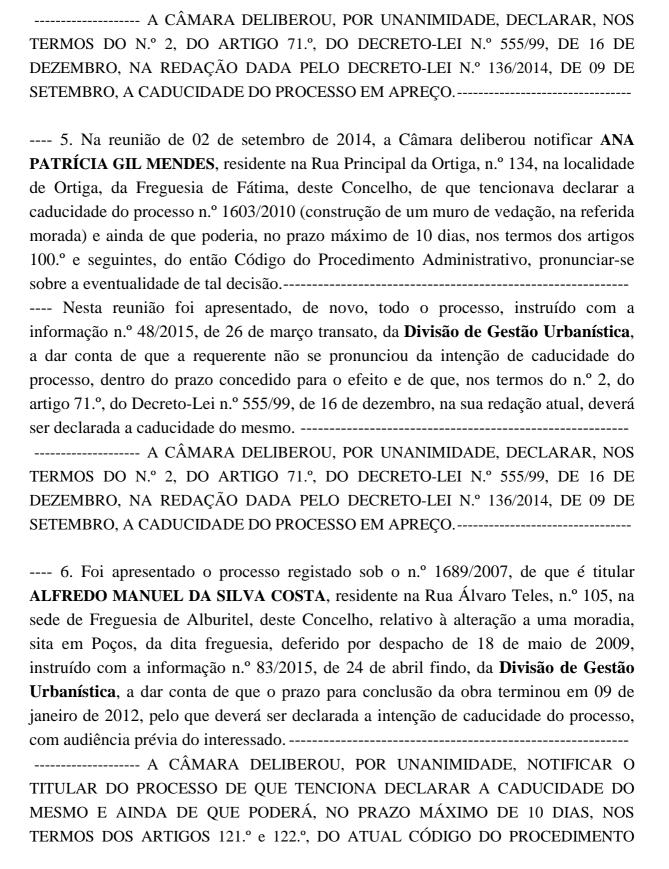




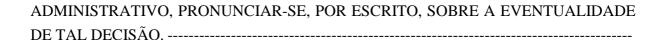
DEZEMBRO, NA REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 136/2014, DE 09 DE SETEMBRO, A CADUCIDADE DO PROCESSO EM APREÇO.-----

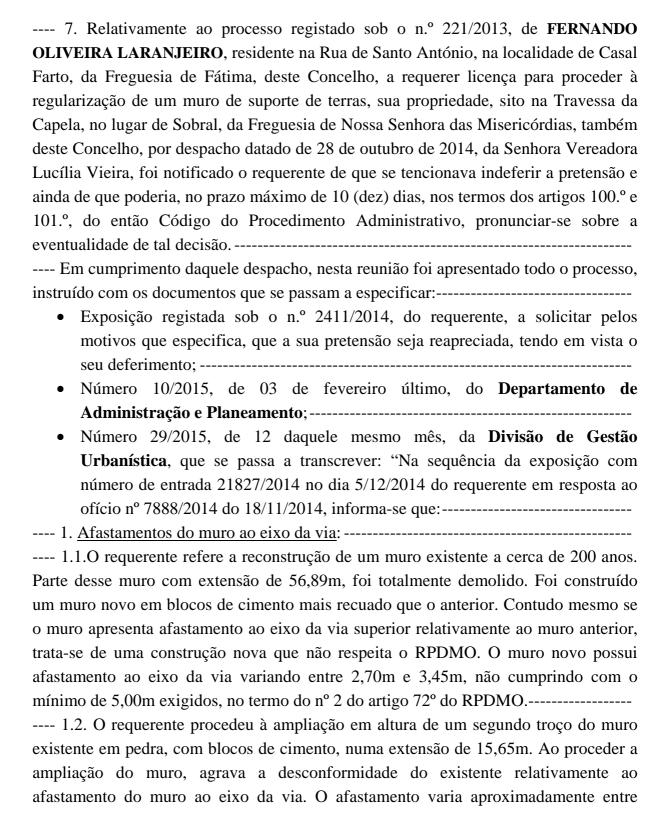




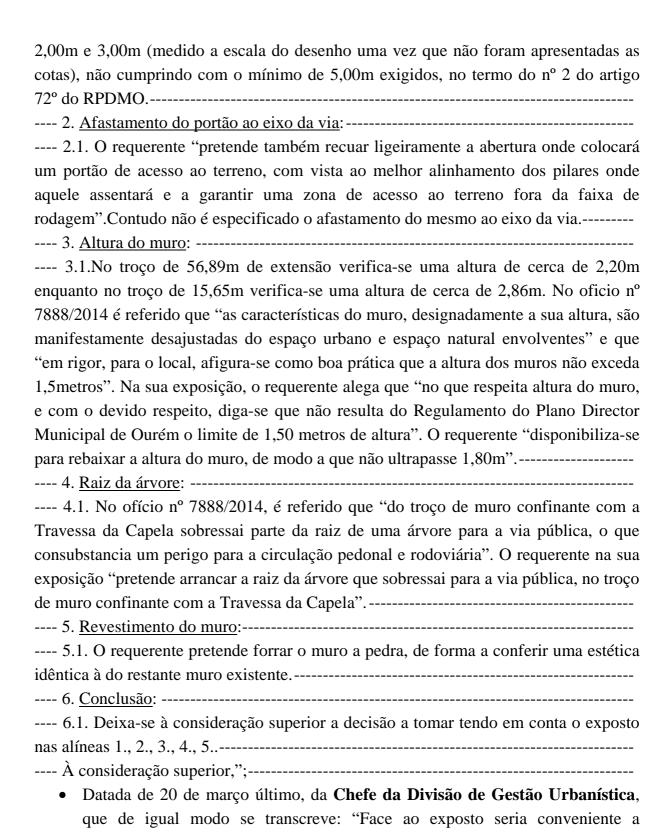






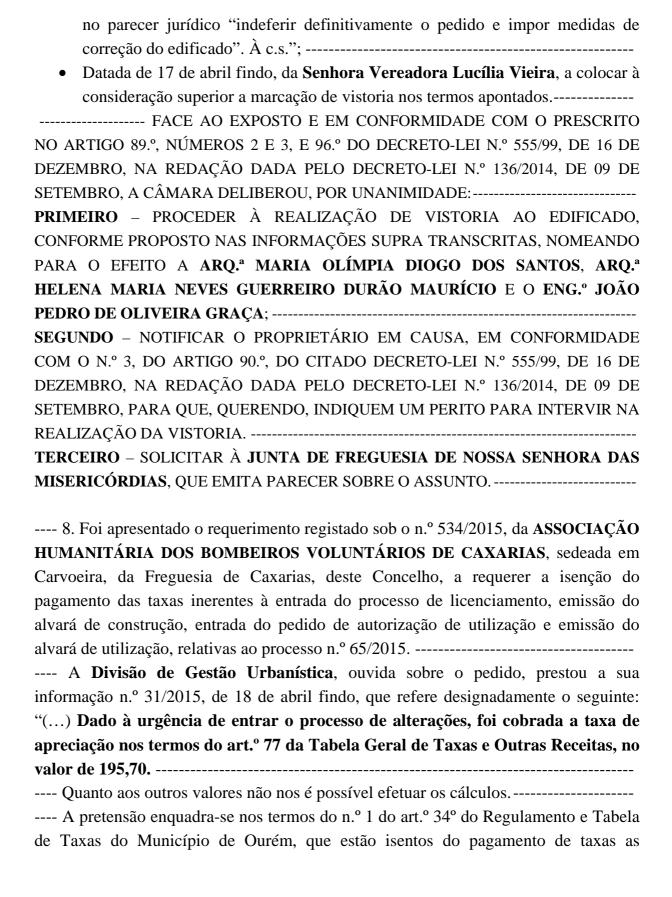


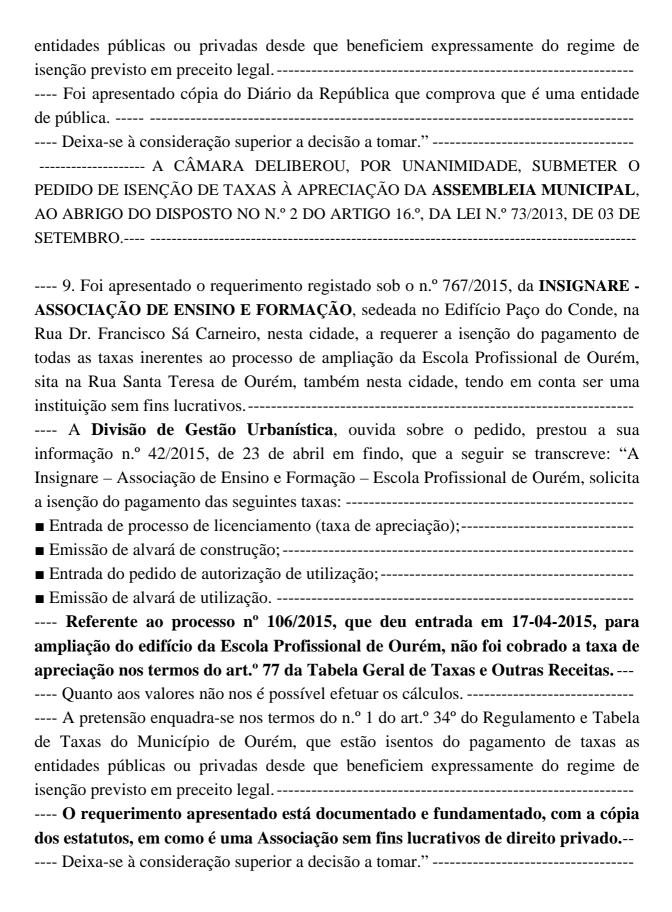




marcação de vistoria nos termos do artigo 96.º do RJUE para melhor perceber o enquadramento da pretensão na sua envolvente urbana, ou conforme proposto



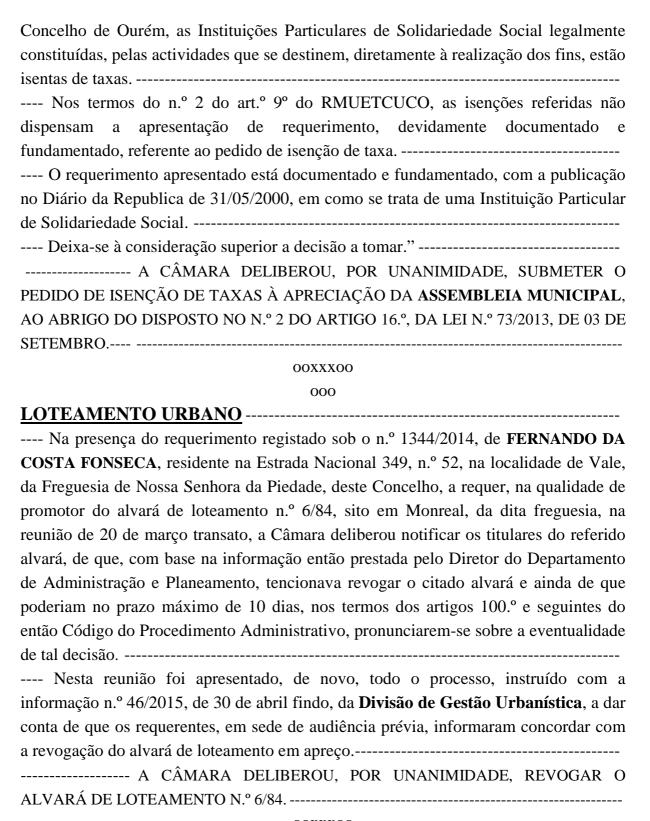






A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SUBMETER C
PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE
SETEMBRO
10. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 787/2015, da FREGUESIA
DE ESPITE, com sede na Rua Prof. Mário Albuquerque, n.º 154, em Espite, deste
Concelho, a requerer a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo de
alteração de edifício destinado a Casa Mortuária, considerando ser uma Autarquia e
por se tratar de um edifício de interesse público
Do processo faz parte, a informação n.º 43/2015, de 23 de abril findo, da Divisão
de Gestão Urbanística
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR C
PEDIDO, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 16.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE
SETEMBRO, POR SE TRATAR DE UMA AUTARQUIA LOCAL
11. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 8732/2015, da
ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE FONTAINHAS - SEIÇA, com sede na
Estrada de Seiça, na localidade de Fontainhas, da Freguesia de Seiça, deste Concelho
a requerer a isenção do pagamento das taxas inerentes à apreciação de eventual
processo de licenciamento de obras de alteração ao seu edifício sede
Ouvida sobre o assunto, a Divisão de Gestão Urbanística , prestou a sua
informação n.º 41/2015, de 15 de abril findo, que se passa a transcrever: "A
Associação Social e Cultural de Fontainhas de Seiça, solicita a isenção do pagamento
das seguintes taxas:
■ Entrada de processo de licenciamento (taxa de apreciação);
■ Emissão de alvará de construção;
■ Entrada do pedido de autorização de utilização;
■ Emissão de alvará de utilização
■ Emissão de alvará de utilização e outras que possam vir surgir
Referentes a um processo de alterações de um edifício que vai dar entrada na
Câmara Municipal
As isenções de taxas encontram-se definidas nos nºs 1 e 2 do art.º 34º. do
Regulamento e tabela de Taxas do Município de Ourém
-
Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do







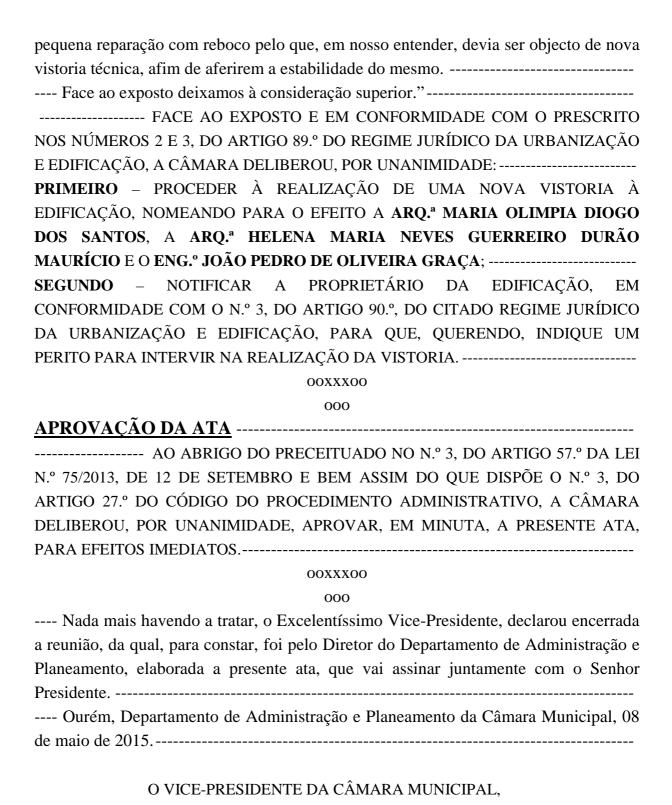
ALTERAÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL-----

000

<u>BENEFICIAÇÃO/DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO – SEGURANÇA E</u> SALUBRIDADE PÚBLICAS------

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído, para além de outros documentos, com a informação, datada de 30 de março último, da **Fiscalização Municipal**, que se passa a transcrever: "Dando cumprimento ao despacho de 25/03/2015 informamos que em deslocação à rua da Milheira, Nª.Srª, Piedade, verificamos que os cedros que faziam pressão sobre o muro foram cortados, contudo o muro continua com a mesma inclinação. Verificamos ainda que o muro sofreu uma





O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 08/05/2015

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2013.10.22:
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = Reforço da cobertura da rede móvel do Concelho de Ourém Informação n.º /2015, de 23 de março findo, do Gabinete da Presidência;
- = Processo Judicial n.º 1456/05.0BELRA Rua da Murteira Atouguia Esclarecimentos Memorando, datado de 16 de setembro de 2013, da Sociedade de Advogados Abalada Matos, Lorena de Sèves & Associados.

2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO

- = Acidentes de viação pedidos de indemnização:
 - 1. Processo registado sob o n.º 11.226/2014, de Cláudio Alexandre de Almeida Figueiredo, sobre acidente ocorrido na Estrada de Alvega, no dia 17/05/2014;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 994/2014, de Maria do Céu Pereira dos Santos, sobre acidente ocorrido na Estrada de Leiria, ao km 8,950, no dia 31/12/2013;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 2634/2014, de Sofia da Conceição Lopes, sobre acidente ocorrido na Estrada Nacional n.º 360 Fátima, no dia 25/12/2013;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 21.991/2014, de Manuel Ferreira Dias, sobre acidente ocorrido na Rua do Centro, na localidade de Vales União das Freguesias de Matas e Cercal, no dia 11/09/2014;
 - 5. Requerimento registado sob o n.º 8835/2015, de Carla Sofia Ferreira da Costa, sobre o acidente ocorrido na Estrada de Alvega, no dia 14/04/2015.

2.1. DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

= Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP 1) — Ratificação da avaliação das Unidades Orgânicas do ano 2014 — Proposta n.º 6/2015, de 05 de maio em curso, do Senhor Presidente.

2.1.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Proposta de protocolo de gestão do Monumento das Pegadas do Dinossáurios Carta, enviada por correio eletrónico no dia 27 de novembro de 2014, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;
- = Ampliação do número de compartes:



- 1. Requerimento registado sob o n.º 8758/2015, de Vítor Manuel Lopes Ribeiro e outros, sobre prédio sito em Cavadas ou Hortas das Poças União das Freguesias de Gondemaria e Olival;
- 2. Requerimento registado sob o n.º 9264/2015, de Joaquim Alexandre da Silva Adraz, sobre prédio sito em Casal Domingos João União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
- 3. Requerimento registado sob o n.º 10.007/2015, de Manuel Vieira Lopes, sobre prédio sito em Eira Velha União das Freguesias de Gondemaria e Olival;
- 4. Requerimento registado sob o n.º 10.107/2015, de Fernando Verdasca Boaventura e Maria de Fátima Lopes Antunes Verdasca, sobre prédio sito em Canavial União das Freguesia de Gondemaria e Olival;
- 5. Requerimento registado sob o n.º 10.526/2015, de Manuel Marques Bilreiro, sobre prédios sitos na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais.

2.2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Gabinete de Apoio e Promoção da Atividade Empresarial Relatório de Atividades e Contas 2014 Ofício n.º 67/2015, datado de 10 de março de 2015, da ACISO Associação Empresarial Ourém-Fátima.
- = Cálculo do IVA Pró-Rata definitivo de 2014 e provisório de 2015 Informação n.º 28/2015, datada de 05 de maio corrente, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

2.2.1. SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Loteamento em Matas Elaboração de projetos de especialidades Informação n.º 84/2015, datada de 06 de abril findo, da Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA):
- = Aquisição de sete veículos ligeiros de passageiros do "tipo inferior" que corresponde ao lote 28, ao abrigo do Acordo Quadro de veículos automóveis e m motociclos Relatório final, datado de 20 de abril de 2015, do júri;
- = Libertação de garantias bancárias:
 - Remodelação de infraestruturas na Rua Cónego Formigão e parte da Avenida D. José Alves Correia da Silva – Cova da Iria – Fátima – Informação n.º 109/2015, de 23 de abril findo, da SCPA;
 - 2. Beneficiação da rede viária nas Ruas de Santa Ana e de Santa Isabel Informação n.º 110/2015, de 24 de abril findo, da SCPA;
 - 3. Recuperação de Caminhos na Freguesia de Seiça Informação n.º 111/2015, de 24 de abril findo, da SCPA;
 - 4. Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação e ramais domiciliários Travessa dos Poços Valeira Fátima Ourém Informação n.º 112/2015, de 24 de abril findo, da SCPA;
- = Festas de Ourém 2015 Aquisição de espetáculos para os dias 19, 20 e 21 de junho Informação n.º 115/2015, datada de 28 do mês findo, da SCPA.

2.2.2. SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS

- = Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Direito de ocupação de espaços disponíveis Hasta pública;
- = Horário de funcionamento de estabelecimento comercial Reclamação Carta, datada de 06 de março de 2015, de Paula Cristina Almeida Marques Bastos, sobre o estabelecimento



denominado "MokasCafé", sito em Lagoa do Grou – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais.

3. DEPARTAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

"Construção do Pontão dos Andrés, Freguesia de Caxarias" – Erros e Omissões – Informação n.º 95/2015, datada de 18 de março último, da Divisão de Obras Municipais.

3.2. DIVISÃO DE AMBIENTE

- = Pedidos de autorização de descarga de águas residuais em ETAR:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 21.297/2009, de Albino António dos Reis;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 17.846/2011, da firma Aviário do Resouro Produção de Ovos, Limitada;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 18.002/2011, da firma Dinamogest II, S.A.;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 23.978/2011, da firma Farpedra Exploração de Pedreiras, Limitada;
 - 5. Requerimento registado sob o n.º 4150/2013, da firma Clamafer Comercialização de Produtos Siderúrgicos, Limitada;
 - 6. Requerimento registado sob o n.º 5391/2013, de Filipe André Reis dos Prazeres;
 - 7. Requerimento registado sob o n.º 14.749/2013, de Jorge Ferreira da Costa;
 - 8. Requerimento registado sob o n.º 659/2015, da firma Byfast Comércio de Automóveis, Limitada;
 - 9. Requerimento registado sob o n.º 1583/2015, da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação;
 - 10. Requerimento registado sob o n.º 6596/2015, da firma Agro-Quinta de S. Gens, S.A.;
 - 11. Requerimento registado sob o n.º 6816/2015, de Maria Celeste Pereira da Silva;
 - 12. Requerimento registado sob o n.º 8518/2015, da firma Micronipol Micronização e Reciclagem de Polímetros, S.A.;
 - 13. Requerimento registado sob o n.º 9135/2015, do Centro Social de Matas.
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
 - Informação n.º 148/2015, de 25 de março último, da Divisão de Ambiente (DA);
 - Informação n.º 149/2015, de 25 de março último, da DA;
 - Informação n.º 183/2015, de 13 de abril findo, da DA;
 - Informação n.º 204/2015, de 21 de abril findo, da DA;
 - Informação n.º 217/2015, de 23 de abril findo, da DA;
 - 2. Duplicação de faturação:
 - Informação n.º 158/2015, de 27 de março transato, da DA;
 - Informação n.º 192/2015, de 16 de abril findo, da DA;
 - 3. Imóvel desabitado Informação n.º 136/2015, de 18 de março transato, da DA;
 - 4. Pedido de pagamento em prestações de dívida acumulada Informação n.º 187/2015, de 14 do mês findo, da DA;
 - 5. Alteração de tipologia Informação n.º 199/2015, de 20 de abril findo, da DA;
 - 6. Anulação de dívida acumulada Informação n.º 167/2015, de 06 do mês findo, da DA;
 - 7. Pedidos de devolução de verba, por motivo de rotura:



- Informação n.º 150/2015, de 25 de março último, da DA;
- Informação n.º 151/2015, de 25 de março último, da DA;
- Informação n.º 152/2015, de 25 de março último, da DA;
- Informação n.º 156/2015, de 26 de março último, da DA;
- Informação n.º 160/2015, de 27 de março último, da DA;
- Informação n.º 207/2015, de 22 de abril findo, da DA.

3.3. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - Processo registado sob o n.º 211/2009, da firma Constrigol Construções, Limitada Construção de moradia bifamiliar e muros de vedação, na Estrada da Corredoura – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias;
 - 2. Processo registado sob o n.º 212/2009, da firma Constrigol Construções, Limitada Construção de moradia bifamiliar e muros de vedação, na Estrada da Corredoura Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias;
 - 3. Processo registado sob o n.º 213/2009, da firma Constrigol Construções, Limitada Construção de moradia bifamiliar e muros de vedação, na Estrada da Corredoura Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias;
 - 4. Processo registado sob o n.º 939/2010, de Nathalie Oliveira Construção de uma habitação, em Porto de Góis Alveijar Freguesia de Fátima;
 - 5. Processo registado sob o n.º 1603/2010, de Ana Patrícia Gil Mendes Construção de muro de vedação, na Rua Principal da Ortiga, n.º 134, em Ortiga Freguesia de Fátima;
 - 6. Processo registado sob o n.º 1689/2007, de Alfredo Manuel Silva Costa Alteração de habitação, sita em Poços, da Freguesia de Alburitel;
 - 7. Processo reg0istado sob o n.º 221/2013, de Fernando Oliveira Laranjeiro Regularização de um muro de suporte de terras, sito em Sobral Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias;
 - 8. Requerimento registado sob o n.º 534/2015 Pedido de isenção de taxas Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias;
 - 9. Requerimento registado sob o n.º 767/2015 Pedido de isenção de taxas INSIGNARE Associação de Ensino e Formação Rua Santa Teresa de Ourém Nossa Senhora da Piedade:
 - 10. Requerimento registado sob o n.º 787/2015 Pedido de isenção de taxas Freguesia de Espite Rua Cónego Pereira Simões Espite;
 - 11. Requerimento registado sob o n.º 8732/2015 Pedido de isenção de taxas Associação Social e Cultural de Fontainhas de Seiça Seiça.
- = Loteamento urbano Requerimento registado sob o n.º 1344/2014, de Fernando da Costa Fonseca, referente ao alvará de loteamento n.º 6/84, sito em Monreal Freguesia de Nossa Senhora da Piedade;
- = Propriedade horizontal Requerimento registado sob o n.º 555/2015, da firma Ferreira Batista & Filhos, Limitada, referente à alteração de propriedade horizontal, do edifício sito na Rua Alexandre Herculano, n.ºs 15 e 17, na sede de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade;
- = Beneficiação/Demolição de edificação Segurança e salubridade públicas Processo registado sob n.º 122/2014, de Susana Margarida Reis Pinheiro Rua da Milheira Freguesia de Nossa Senhora da Piedade.



Câmara Municipal de Ourém, 5 de maio de 2015

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 08/05/2015 a 07/05/2015

Processo nº	Requerente	Local
89/2015	André Gomes de Bastos	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
512/2015	Artur Abel Caetano Vieira	Rua Principal n.º 25 – Águas Formosas - Rio de Couros
336/2014	Bruno Alexandre da Graça Gonçalves	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
185/2014	Bruno Henriques Marques	Atouguia
55/2013	Carlos Manuel Henriques Seca	Olival
3070/2006	Carlos Marques Ferreira	Nossa Senhora da Piedade
188/2014	Centro Social Paroquial São João Batista	Espite
775/2015	Congregação das Religiosas Escravas da Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus	Estrada da Batalha, 7 - Fátima
88/2015	Freixiovo Lda	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1472/2008	José Pereira Marques	Rua dos Covões - Espite
211/2013	Lucília Maria Vieira Ferreira Gomes	Nossa Senhora das Misericórdias
1726/1987	Luís de Oliveira	Nossa Senhora da Piedade
2389/2009	Madeca – Madeiras de Caxarias Lda	Caxarias
3727/2004	Madeca – Madeiras de Caxarias Lda	Nossa Senhora da Piedade
52/2014	Manuel Lopes dos Reis	Atouguia
2181/2011	Manuel Lopes Reis e Maria Fátima Fernandes Ribeiro	Nossa Senhora da Piedade
342/2014	Marco Nelson Rosa Ferreira	Freixianda, Ribeiro do Fárrio e Formigais
219/2014	Maria Albertina Ribeiro Marques	Sandoeira – Rio de Couros
298/2014	Maria Luísa Antunes David	Caxarias
18801/2003	Maria Rosa Vieira Marto	Fátima
348/2014	Rui Manuel da Costa	Estrada da Amieira - Urqueira
23/2015	Suzana Maria Dias da Silva	Alburitel
2291/2007	TMG – Residência para Seniores Lda	Nossa Senhora das Misericórdias

OURÉM, 08 de maio de 2015

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 17/04/2015 a 07/05/2015

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
8253	Zeferina Cortes da Silva Bruno	cartão de vendedor do mercado
7950	João Miguel Abreu do Nascimento	cartão de vendedor do mercado
8252	Dilma Dias Lacerda Fernandes	cartão de vendedor do mercado
9185	Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	inspeção do elevador
9130	Administração do Condomínio Edifício Ibérico	inspeção do elevador
9510	Pereira & Guerra, Lda	inspeção do elevador
9155	Pereira & Guerra, Lda	inspeção do elevador
9400	Associação Recreativa de Propaganda de Ourém	licença de ruído
9217	Centro Cultural e Recreativo do Olival	prova desportiva
9878	Vida de Cristo – Parques Temáticos, Lda	inspeção do elevador
9880	Vida de Cristo – Parques Temáticos, Lda	inspeção do elevador
9529	Manuel Marques Pereira	venda de de terreno no cemitério
10292	Administração do Condomínio Edifício Império, Bloco C	inspeção do elevador
9623	Município de Leiria	prova desportiva

Ourém, de 08 maio de 2015

O Coordenador da Secção de Taxas e Licenças